

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária para quem e para quem? (2) 3

O GLOBO - RJ - RIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decreto de Bolsonaro sobre armas pode livrar PM reformado de processo 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Grandes empresas não podem descontar danos morais do IR 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Remendo tributário - GUSTAVO LOYOLA 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TRF encurta caminho de contribuinte a precatório 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Brecha para gastar em 2022 12

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

É hora de acelerar a consolidação fiscal (3) 15

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer parcelar sentenças judiciais e liberar R\$ 40 bi do Orçamento para o novo Bolsa Família em 2022 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

As tormentas para o governo até 2022 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado pode apoiar reforma mais ampla 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo aposta em avanço de agenda econômica após reforma ministerial 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda o 'quebra-cabeça' da reforma do Imposto de Renda 26

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

É um erro manter isenção para o Simples Nacional (3) 29

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com Ciro Nogueira ministro, governo espera reforma aprovada em retribuição 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Defesa quer orçamento turbinado 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Exterior, câmbio e inflação afastam Brasil de juros baixos 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Dólar fora do lugar (3) 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Bolsonaro aposta em "pacote de bondades" para se cacifar à reeleição 39

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Variante delta reduz otimismo na zona do euro 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Vale ainda é a 'joia da coroa', diz novo presidente da Previ 50

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

O IBGE e o ministro da pedra lascada - BRUNO CARAZZA 52

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo passará por tormentas até eleições no ano que vem 54

Reforma tributária para quê e para quem? (2)

Antonio Carlos do Nascimento, DOUTOR EM ENDOCRINOLOGIA PELA FACULDADE DE MEDICINA DA USP, É MEMBRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA (SBEM)

Ainda que seja insensato imaginar o Estado no controle amplo dos processos de produção e consumo, é excessivamente simplista esperar fisiologismos da economia de mercado que provisione o erário em números simpáticos a todos. A tributação é a ferramenta que permite a participação estatal nos fluxos, lato sensu, que envolvam atividade econômica. Necessária e imprescindível na sustentação de sua máquina administrativa, é conduzida pelo poder público e contestada há algumas décadas em seu modus operandi.

Economicamente sob a guarda estatal, deficitárias e quase completamente submissas à gestão pública estão saúde, segurança e educação, áreas sensíveis demais para serem abrigadas unicamente nos quereres mercadológicos. A esperada reforma fiscal, ainda em sua embriogênese, desagrada a todos por motivos distantes da preocupação com o déficit de recursos desses três setores, nem sequer citados nas entrelinhas em sua fundamentação.

Para o governo, os ajustes tributários são para arrefecer o rombo das contas públicas; para o mercado, estímulo para investidores. Das duas partes o que se pede sempre é sangria na saúde, na segurança e na educação.

A última Pesquisa Nacional de Saúde, divulgada em 2020 pelo IBGE, apontava 28,5% dos brasileiros com planos de saúde; com inúmeras emergências e situações clínicas desse privilegiado grupo sendo custeadas pelos serviços de saúde pública, sem nenhum ônus para os grupos de planos ou seguros de saúde. Adicionalmente, parte desse setor apresenta eficiência relativa, haja vista os dois cumes pandêmicos, nos quais, afora 10 ou 15 hospitais privados em todo o País, pacientes estavam mais bem assistidos em nosocômios públicos, fossem de campanha ou perenes. Fácil de entender que bem mais que 71,5% dos brasileiros estejam sob os cuidados do SUS, instituição que encontra a excelência em vários quesitos, a despeito de seu histórico subfinanciamento.

Na segurança pública e institucional é dispensável explicar a tutela estatal e, muito embora o Judiciário e as forças policiais estejam eventualmente sub judice

em simbólicos tribunais de alguns nichos populares, ideológicos ou não, o fato é que a ordem social deriva de seu funcionamento, e vê-se mundo afora que custeá-los mal não é bom negócio.

Na educação convivemos um apartheid cultural promovido pelo abismo que separa o ensino básico privado daquele do setor público. Para solucionar parcialmente essa dívida adotamos a inclusão compulsória de frações da sociedade nas universidades públicas; ainda que bem-intencionados, utilizamos um movimento semelhante ao de presentear os filhos na esperança de compensar nossas ausências.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2019, divulgados pelo IBGE em 2020, mais de 80% dos alunos do ensino fundamental e médio estudam na rede pública no Brasil. Professores com péssima remuneração, falta de segurança e outras precariedades resultam na deficiente formação nos níveis básicos de ensino da rede pública, numa equação que só será resolvida com financiamentos robustos.

Longe de ser intitulada **reforma tributária**, mas alinhando arrecadação para fim específico, foi criada em 1996 a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), visando a destinar recursos adicionais à saúde. A taxa não demoraria para se desgarrar da provisoriedade e principalmente de suas metas, porém não capitularia por trair sua causa, mas sim pelo consenso do Congresso de que a tributação provocava efeito direto sobre as taxas de juros, desestimulando o crescimento econômico e aumento da dívida pública.

Segundo a **Receita Federal**, foram recolhidos R\$ 37,2 bilhões em 2007, último ano de sua existência, que transportados para nossos dias, em cálculo simples pelo IGPM, totalizariam R\$ 104 bilhões, os quais, fossem de fato adicionados aos recursos do SUS, permitiriam reescrever a assistência de saúde em todos os níveis em nosso país. É possível sugerir que esse modelo arrecadatário tenha sido um fiasco pelo que se tornou, mas não pelo que se propunha, supostamente sensato e bem-vindo, com tributações proporcionais ao tamanho da transação financeira e para o destino certo, por tempo limitado ou não.

O fato é que a dura matemática explica ser lamentavelmente imprescindível o aumento da arrecadação, pois a outra opção entregue por todos os

críticos de plantão é sempre a mesma, cortar na carne, mas nesse caso o único endereço encontrado é a tríade basilar composta por saúde, segurança e educação.

No contexto em que se desenha a cortejada **reforma tributária**, temos muito pouco a esperar, visto que, ainda no ventre, uma das mais acaloradas discussões esteve debruçada na contestação do tributo de 20% dos dividendos. Contestadores tributários de agora foram fiéis escudeiros das mudanças previdenciárias não pelo que pouparam do governo, mas pela valorização de seus papéis.

Desse modo, as únicas contas que fecharão serão as deles, enquanto justiceiros, desconhecimento e doenças tomam conta do restante do País.

Antonio Carlos do Nascimento, DOUTOR EM ENDOCRINOLOGIA PELA FACULDADE DE MEDICINA DA USP, É MEMBRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA (SBEM)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Decreto de Bolsonaro sobre armas pode livrar PM reformado de processo

RAFAEL SOARES rafael.soares@extra.inf.br

Um decreto assinado em fevereiro passado pelo presidente Jair Bolsonaro pode beneficiar o PM reformado Ronnie Lessa, acusado de ser o assassino da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. A defesa de Lessa se baseia numa nova regra publicada pelo presidente, que flexibiliza o uso e a compra de armas de fogo e acessórios no país, para pedir o arquivamento do processo a que o sargento aposentado responde na Justiça Federal por tráfico internacional de armas. Os advogados de Lessa argumentam que, como o decreto de Bolsonaro tirou da lista de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) o acessório quebra-chamas-cuja compra e remessa para o Brasil são objeto da denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o PM -, a importação desses itens não é ilegal.

O sargento e sua mulher, Elaine Lessa, são acusados pelo MPF de importar ilegalmente 16 quebra-chamas para fuzil AR-15. A peça serve para ocultar as chamas decorrentes de disparos de armas de fogo, de modo a não revelar a posição do atirador. Os equipamentos vieram de Hong Kong, foram apreendidos em fevereiro de 2017 pela **Receita Federal** e tinham como destinatário a Academia Supernova, que funcionava na comunidade de Rio das Pedras, na Zona Oeste, e cujos proprietários eram, na época, Lessa e sua mulher.

Numa petição encaminhada à Justiça Federal dia 22 de julho, Bruno Castro da Rocha e Fernando Wagner Pacheco de Santana, advogados de Lessa e Elaine, alegam que "desde 12 de fevereiro de 2021, o quebra-chamas não é mais PCE e pode ser livremente importado por qualquer pessoa. Desse modo, ainda que ao tempo da importação o material fosse controlado, hoje não o é". Segundo os advogados, "somente a importação de produtos controlados é que precisa da prévia autorização do Comando do Exército". Com base no decreto, eles pedem a rejeição de denúncia do MPF e o arquivamento do inquérito. O pedido ainda não foi apreciado pela Justiça Federal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Grandes empresas não podem descontar danos morais do IR



Thais Meira: empresas que não quiserem correr risco podem entrar com ações

Adriana Aguiar De São Paulo

As grandes empresas não podem descontar do Imposto de Renda (IRPJ) valores de indenizações por danos morais e materiais pagos por meio de acordos judiciais trabalhistas. A orientação está em solução de consulta da **Receita Federal**. O texto surpreendeu advogados, que preveem uma onda de autuações.

Até então, os contribuintes costumavam abater essas despesas da base de cálculo do Imposto de Renda. Agora, segundo especialistas, podem de ter que pagar o que foi descontado, com multa de 75% sobre o valor devido.

A solução de consulta, de nº 77, foi editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) e publicada no dia 25 de junho. O entendimento da Receita, que vale para as empresas que apuram o imposto pelo lucro real - com faturamento anual acima de R\$ 78 milhões -, foi o de que esses valores não podem ser considerados como despesas necessárias, usuais ou normais à atividade da pessoa jurídica.

Acordos são comuns na Justiça do Trabalho e as indenizações predominam em muitos deles, principalmente nos firmados antes de sentenças. Neste ano, foram homologados mais de 310 mil, segundo informações do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em 2020, foram fechados 510,5 mil e

no ano anterior, 853,7 mil.

Nesses acertos, é comum o pagamento de verbas trabalhistas por meio de indenização, para escapar da tributação, segundo a advogada trabalhista Manoela Pascal, do Souto Corrêa Advogados. "São isentas [as indenizações]. É uma forma até de oferecer valores mais altos para o empregado, já que não há descontos", diz.

Mesmo após mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a prática foi mantida. A Lei nº 13.876, de 2019, introduziu o parágrafo 3o-A ao artigo 832 da norma e estabeleceu que no mínimo o equivalente a um salário mínimo deve ser discriminado como verba remuneratória.

No caso analisado pela Receita, a empresa queria verificar a possibilidade de dedução de valores estabelecidos em acordo com um trabalhador. Além de indenizações por danos materiais e morais, a serem pagas em dez parcelas iguais, mensais e sucessivas, o acerto inclui o plano de assistência médica, que deverá ser mantido por três anos.

Na resposta, a Receita afirma que o artigo 311 do Decreto nº 9.580, de 2018, que regulamenta o Imposto de Renda, estabelece que somente serão dedutíveis as despesas necessárias à atividade da empresa e à manutenção da respectiva fonte produtora ou as despesas operacionais ou usuais na atividade da companhia. A mesma determinação, segundo o órgão, está no artigo 68 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

A Receita também cita duas soluções de consulta. A primeira, de nº 281, editada em 2019, esclarece que a **legislação tributária** não estipula um rol taxativo de despesas dedutíveis, tampouco o faz em relação às despesas indedutíveis. "Ao invés disso, estabelece uma regra geral de dedutibilidade, no qual são **impostos** os requisitos da necessidade e usualidade", diz.

A segunda, de nº 209, também de 2019, trata da indedutibilidade de valores em acordo judicial sobre compensação por perdas patrimoniais, decorrentes da divulgação de informações erradas pela companhia, e honorários advocatícios.

Para o órgão, "contraprestações pagas em virtude da prática de atos ilícitos ou para encerrar, sem solução de mérito, processos em que é aferida a prática de ilícitos não podem ser consideradas necessárias à atividade da empresa".

Sobre as despesas com plano de saúde, a Receita afirma que podem ser dedutíveis da base de cálculo, desde que preencham certos requisitos, presentes no artigo 372, do Decreto nº 9.580, de 2018.

Até então, segundo o advogado Luís Felipe de Campos, sócio do Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados, as empresas de lucro real deduziam esses valores e "não havia dúvidas sobre isso". Agora, acrescenta, correrão o risco de serem autuadas.

A argumentação da Receita de que se trata de ato ilícito e, por isso, não poderia ser deduzido, afirma Campos, vai na contramão do que diz o artigo 118 do Código Tributário Nacional (CTN). De acordo com o dispositivo, a definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

A recomendação, segundo Campos, é que as empresas continuem deduzindo essas despesas e, se forem autuadas, discutam a questão administrativamente. Até porque, diz, existe decisão do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** de 2018 que tratou da possibilidade de abatimento de indenizações trabalhistas fundadas em lei ou em convenção coletiva (acórdão nº 1301-002.830).

Para a advogada tributarista Thais Meira, sócia do BMA Advogados, esse entendimento da Receita sobre as indenizações é preocupante e as companhias que não quiserem correr riscos podem entrar com ação judicial.

Os contribuintes, segundo a advogada, podem alegar que esse tipo de gasto deve ser considerado como necessário porque, ao firmar um acordo, são obrigados a cumpri-lo, diante da homologação do juiz.

A advogada ainda lembra que existem entendimentos pela dedução de multas por descumprimento contratual, que podem ser usadas por analogia. Estão nos Pareceres Normativos CST da Receita nº 50 e nº 66, ambos de 1976. Há também decisões do **Carf** no mesmo sentido (acórdão nº 103-19.527).

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186968

Remendo tributário - GUSTAVO LOYOLA

GUSTAVO LOYOLA

Qualquer iniciativa de **reforma tributária** no Brasil deveria considerar, no mínimo, quatro fatos incontestáveis da nossa realidade: a péssima distribuição de renda, a elevada carga de **impostos**, a frágil situação fiscal e a extrema complexidade da **legislação tributária**. Infelizmente, o projeto de reforma do Imposto de Renda encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional parece ter ignorado alguns desses fatos e, por isso, merece ser modificado pelo Legislativo ou simplesmente ser rejeitado.

Inicialmente, é bom lembrar que o governo colocou a reforma do IR como prioritária em relação às demais iniciativas que tramitam no Congresso, inclusive no que diz respeito ao projeto do próprio Executivo que unifica o PIS e a Cofins. Trata-se de

um equívoco pois as maiores dores sofridas pelos contribuintes brasileiros são devidas à péssima legislação relativa aos **tributos** indiretos e não àqueles que incidem sobre a renda. A colocação das mudanças do IR à frente dos demais temas de **reforma tributária** parece indicar a falta de compromisso do governo com a necessidade de melhorar o ambiente de negócios no país, com vistas a trazer ganhos de produtividade indispensáveis para a aceleração do crescimento econômico.

Sobressai especialmente a omissão do governo federal no tema da reforma do ICMS e do ISS e a criação de um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) que, abarcando também **tributos** federais como o IPI, possa desmontar o manicômio tributário ao qual estão sujeitos os contribuintes no Brasil. Há bons projetos com esse objetivo no Congresso Nacional, notadamente o PEC 45/2019 que se baseia em estudos liderados pelo economista Bernardo Apy. Como se trata de uma reforma que impacta os três níveis de governo, a presença do governo federal no debate é condição necessária ao avanço da iniciativa. O que se viu, ao contrário, foi o Executivo colocar o seu próprio projeto de unificação das contribuições (PIS e Cofins), agora também escanteado para segundo plano.

Com relação à proposta de reforma do Imposto de Renda, colocados na balança seus pontos positivos e negativos, o resultado seria a piora do ambiente de negócios, o aumento da complexidade do sistema tributário e da insegurança jurídica, além provavelmente da elevação da carga tributária sobre as

empresas e sobre parcela da classe média. Vale ressaltar que hoje o Brasil já tem a décima pior colocação no ranking global do "Doing Business" no quesito tributação.

Tome-se como exemplo a questão da tributação dos dividendos. A opção brasileira pela tributação exclusiva do lucro e isenção no pagamento de dividendos foi resultado principalmente do pragmatismo do então Secretário da **Receita Federal**, Everardo Maciel, tendo em vista as dificuldades para coibir a distribuição disfarçada de lucros para evitar o pagamento de IR. Como assinalou o ex-secretário, o projeto de reforma, ao retomar a tributação dos dividendos, torna o sistema mais complexo, estimula o planejamento tributário e aumenta a litigiosidade entre os contribuintes e o Fisco.

Por outro lado, os argumentos a favor da tributação de dividendos são frequentemente falaciosos. Fala-se que no Brasil o capital não é taxado o que favorece os mais ricos. Ora, o argumento esquece a existência da tributação sobre os lucros das empresas, com alíquotas elevadas para padrões internacionais, ainda que as alíquotas efetivas sejam díspares entre empresas, tendo em vista a existência de uma miríade de situações especiais que favorecem grupos de contribuintes.

Outro argumento que não resiste a uma análise mais profunda é o de que a tributação de dividendos e simultânea redução do IR sobre os lucros estimulam o investimento. O que importa na decisão de investir é o retorno esperado e o reinvestimento ocorrerá ou não em função dessa expectativa, estando o recurso dentro da companhia ou fora dela.

O projeto original do Executivo sofreu algumas mudanças por seu relator, com destaque para uma maior redução na alíquota do IR sobre os lucros e a isenção de tributação dos dividendos quando distribuídos entre empresas do mesmo grupo econômico. Porém, em que pese esse esforço, o projeto continua com problemas, inclusive pelo risco de prejudicar Estados e municípios em detrimento da União que mantém inalteradas as alíquotas das contribuições, principalmente da CSLL que incide também sobre os lucros.

No caso das pessoas físicas, o projeto do governo comete uma maldade ao restringir a utilização da declaração simplificada. Não vejo qualquer justificativa para tanto, exceto o de tributar mais uma parcela da

classe média, o que nada contribui para melhorar a distribuição da carga tributária.

Em suma, o projeto não atende as necessidades mais urgentes do Brasil e, ao contrário, pode trazer maiores dificuldades para os contribuintes num país em que o ambiente de negócios já é inóspito, largamente em razão da atuação deficiente do Estado. Mesmo como remendo tributário, deixa a desejar.

Gustavo Loyola Doutor em Economia pela EPGE/FGV.
Ex-presidente do Banco Central - Sócio-diretor da
Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186968?page=1§ion=1

TRF encurta caminho de contribuinte a precatório



Evandro Azevedo Neto: decisão do TRF privilegia a economia processual

Bárbara Pombo De São Paulo

A vitória do contribuinte na bilionária "tese do século", que excluiu o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, aqueceu a discussão sobre a possibilidade de as empresas com decisões favoráveis em mandados de segurança reaverem, em dinheiro (precatório) e no próprio processo, o que pagaram a mais à **Receita Federal**. Há precedentes favoráveis no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3a Região, com sede em São Paulo.

Normalmente, por meio de mandado de segurança, em caso de decisão favorável, o contribuinte só obtém o direito a um crédito tributário referente a valores pagos indevidamente ou a mais no passado, que pode ser usado para quitar **tributos** correntes (compensação). Se optar por receber por meio de precatório, é obrigado a enfrentar uma segunda via -a da ação ordinária.

Mas, em decisões recentes, os tribunais têm encurtado essa jornada, o que traz economia de custos. Em junho, a 3a Turma do TRF da 3a Região autorizou uma gráfica de embalagens a expedir precatório com base em sentença favorável em mandado de segurança. Era para excluir o ISS do cálculo do PIS e da Cofins-uma das teses que nasceram da exclusão do ICMS.

A decisão foi tomada com base no artigo 515, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC), que considera como títulos executivos judiciais as decisões "proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa".

Também é citada a Súmula nº 461, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O texto afirma que "o contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado".

"Justamente pela natureza do mandado de segurança como instrumento processual destinado ao exercício in natura do direito reconhecido, a ele há de conferir-se a maior efetividade possível, avultando, destarte, a desarrazoabilidade de exigir-se a propositura de nova demanda, de rito ordinário, a res peito de um direito já discutido e reconhecido na sede mandamental", diz, na decisão, o desembargador Nelton dos Santos (processo nº 50154284720204036100).

A discussão processual tem impacto prático, de tempo e custo, afirmam advogados. Uma decisão final em mandado de segurança costuma ser mais rápida que um processo normal. Além disso, esse tipo de ação tem um menor custo para o contribuinte. Se perder a causa, não precisa pagar honorários de sucumbência à Fazenda Nacional.

De acordo com Evandro Azevedo Neto, sócio do escritório Viana e Azevedo Advogados, a decisão do TRF privilegia a economia processual. "O mandado de segurança tem maior atrativo para a percepção dos valores, inclusive porque a maior preocupação dos clientes é sobre o custo de oportunidade com uma ação judicial", afirma ele, que representou a gráfica no processo.

Para a advogada Glaucia Lauletta, sócia do Mattos Filho, é uma alternativa para a execução. "Se assim não fosse, a única saída para recuperação dos valores seria pela compensação administrativa, o que nem sempre é simples", diz.

A discussão, segundo especialistas, interessa a empresas que não estão mais em operação ou que não possuem débitos de **tributos** a recolher

suficientes para dar vazão aos créditos reconhecidos judicialmente. Precatórios também interessam a fundos de investimento, que podem adquirir esses títulos com deságio.

"Para esses fundos, é muito melhor e mais seguro executar por precatório", afirma Rubens de Souza, do escritório WFaria Advogados. Segundo ele, os valores, na esfera federal, costumam ser pagos no prazo de um ano e meio após a expedição do título.

A jurisprudência dos tribunais sobre o assunto, porém, ainda é instável. Levantamento do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados aponta entendimentos divergentes no TRF da 3ª Região. Na 3ª e na 6ª turmas, a maioria das decisões é favorável, apesar de não haver unanimidade. Na 4ª Turma, é contrária.

"A discussão está poluída por duas súmulas do Supremo Tribunal Federal editadas nos anos 1960 e que dizem respeito a gratificações de **servidores públicos**", aponta Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados.

Em fevereiro, a 4ª Turma negou pedido da Basf, com base nas súmulas nº 269 e 271. A primeira prevê que "o mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança". A segunda estabelece que a "concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria".

Para o desembargador André Nabarrete, relator do caso, "a opção à restituição é direito do contribuinte, mas somente é cabível na via administrativa, eis que o mandado de segurança não é a via adequada para obter efeitos patrimoniais pretéritos à impetração, conforme entendimento do STF" (processo nº 5012566-41. 2018.4.03.0000). A Basf informou que irá recorrer da decisão.

É o que defende a Fazenda Nacional. A expedição de precatório seria possível apenas para recuperar valores a partir da impetração do mandado de segurança. "Nossa questão é com o passado porque o mandado de segurança não é ação de cobrança", afirma Juliana Furtado Costa Araújo, procuradora-chefe da defesa da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região.

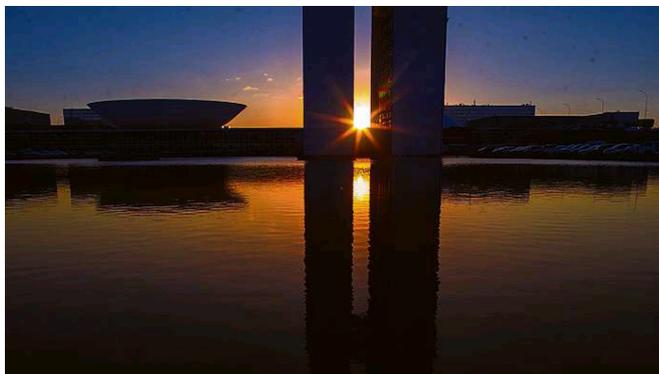
O órgão aponta pelo menos três decisões deste ano em que o STJ negou a expedição do precatório. "Concedida a ordem, os pedidos devem ser requeridos na esfera administrativa, restando, assim, inviável a via do precatório, sob pena de conferir indevidos efeitos retroativos ao mandamus", afirmou o ministro Gurgel de Faria em um dos casos (AgInt no REsp

1895331).

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186968

Brecha para gastar em 2022



MANOEL VENTURA *ma*
rwel.ventura@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Após identificar que derrotas judiciais podem consumir boa parte dos recursos previstos para custear a nova versão do Bolsa Família, o governo finalizou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para abrir espaço no Orçamento e permitir o pagamento do benefício no próximo ano, marcado pelas eleições presidenciais. O texto prevê que as despesas com sentenças da Justiça poderão ser pagas com uma fração do valor em 2022 e mais nove parcelas anuais. As mudanças previstas na PEC criam uma margem de cerca de R\$ 40 bilhões no Orçamento de 2022.

Os técnicos do Ministério da Economia avaliam que, com o colchão de recursos criado pela PEC, será possível propor um programa social com pagamento médio de R\$ 300 para 17 milhões de pessoas. Atualmente, o pagamento médio do Bolsa Família é de R\$ 192 para 14 milhões de beneficiários. O benefício é visto dentro do governo como vitrine para a campanha do presidente Jair Bolsonaro nas eleições do próximo ano, e ele já declarou reiteradas vezes que a nova versão do programa social tem de ficar em R\$ 300.0 custo total do benefício no próximo ano deve ficar em R\$ 56 bilhões.

"MÍSSIL" CONTRA "METEORO"

O texto vem sendo discutido há duas semanas entre o Ministério da Economia e o Palácio do Planalto e deve ser apresentado pelo ministro Paulo Guedes junto com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco, (DEM-MG) em uma reunião na tarde de hoje. A medida trata dos chamados precatórios, dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e para as quais não é mais possível recorrer.

A PEC foi citada pelo presidente Jair Bolsonaro dias atrás quando se referiu ao programa social. O texto da PEC permite o parcelamento das dívidas judiciais de maior valor; na casa de milhões de reais, e não mexe em dívidas menores, como débitos relacionados a aposentadorias do **INSS**.

A proposta foi classificada por Guedes na última sexta-feira como um "míssil" para atingir um "meteoro" criado por outros poderes, já que os precatórios são definidos pelo Judiciário anualmente.

Antes de saber dos detalhes da PEC, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) classificou o parcelamento dos precatórios como "calote".

O governo terá de pagar R\$ 89,1 bilhões em 2022 por causa de sentenças judiciais de que não pode mais recorrer, segundo dados aos quais o GLOBO teve acesso. Esse número representa alta de 62% em relação ao valor previsto para este ano (R\$ 54,7 bilhões) e que já vinha crescendo acima da **inflação**.

O crescimento previsto dos precatórios para o próximo ano é muito superior à alta da **inflação** e ao teto de gastos, que é corrigido pelo IPCA.

Em razão da trajetória estimada de **inflação** para este ano, o governo previa uma folga de R\$ 30 bilhões no teto de gastos, o que significa mais recursos para gastar no próximo ano. Isso acontece porque o teto é corrigido pela **inflação** em 12 meses até junho, quando a taxa acumulada ficou acima de 8%. Mas as despesas com aposentadorias são corrigidas pelo índice de preços no fim do ano, quando se espera um percentual mais próximo dos 6%. É dessa diferença que o governo estima a margem de R\$30 bilhões.

E era justamente desta folga que viria boa parte dos recursos para custear o Bolsa Família sem ferir regras fiscais, mas o aumento das despesas previstas com precatórios engoliu essa margem no Orçamento.

Integrantes do Ministério da Economia têm dito que algumas das decisões judiciais têm características não recorrentes e se transformaram em dívidas bilionárias. Um exemplo disso é a discussão sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) dos estados, um esqueleto que vem desde o governo Fernando Henrique Cardoso e teve decisão só agora. As despesas relacionadas a esse passivo subiram em R\$ 17 bilhões a conta total de precatórios de 2022.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para conter o avanço das despesas com sentenças judiciais e deixar a dinâmica desse gasto mais próxima do teto, o governo vai propor alterar a Constituição.

"SUPERPRECATÓRIOS"

Hoje, só é permitido o parcelamento, por um período de até cinco anos, de precatórios que custam 15% do total desse tipo de dívida. Mas praticamente não há dívidas nesse montante. Por isso, o governo vai propor que precatórios acima de 60 mil salários mínimos (R\$ 66 milhões) também possam ser parcelados. A esse tipo de dívida será dado o nome de "superprecatório" e a regra será permanente.

Nesse caso, uma fatia de 15% do precatório será paga em um ano e o restante parcelado em nove anos. A mudança vai abranger 42 decisões judiciais em 2022 e dará um alívio de R\$ 20 bilhões para o governo no próximo ano.

O texto cria um regime especial para o pagamento das dívidas judiciais até 2029. A PEC limita a despesa total com precatórios a um percentual de 2,6% da receita corrente líquida (disponível para gastar) acumulada 12 meses antes da requisição dos precatórios. É uma forma de delimitar quanto pode ser pago em um ano.

Essa mudança vai abranger mais de 7 mil decisões judiciais e gerar uma economia de mais R\$ 20 bilhões no próximo ano. O pagamento das sentenças será dividido: o desembolso em um ano (limitado a 2,6% da receita) e mais nove parcelas anuais.

O governo começou a elaborar a proposta após ser surpreendido pelo tamanho da conta de sentenças judiciais, a maior parte delas do Supremo Tribunal Federal (STF). Nas semanas que antecedem o envio do Orçamento do ano seguinte ao Congresso, o Ministério da Economia recebe a relação das sentenças que precisam ser quitadas. O Orçamento será enviado ao Congresso pelo governo no dia 31.

A ideia da proposta é deixar o valor dos precatórios mais próximo ao patamar deste ano, de R\$ 54,7 bilhões. Sem a mudança, os técnicos da equipe econômica dizem que os precatórios consumiriam o equivalente a 68% das despesas não obrigatórias do governo (investimentos e custeio da máquina pública).

Caso o Congresso aprove a PEC da forma como desenhou o governo, haverá espaço extra no Orçamento não só para o novo Bolsa Família, mas para investimentos e despesas de outras áreas. Para aprovar uma PEC, são necessários os votos de 308 deputados e 49 senadores em duas

CONTA JUDICIAL EM ALTA

Crescimento das despesas com decisões judiciais
(em R\$ em bilhões)



Editoria de Arte

É hora de acelerar a consolidação fiscal (3)

A proximidade das eleições e o crescimento da arrecadação na União e nos Estados formam uma combinação que, se mal aproveitada, pode custar à sociedade brasileira mais um par de anos de crescimento à base de voos de galinha. É temporada de pressão política, vinda inclusive do Planalto, sobre os instrumentos que buscam ajustar as contas públicas.

No ataque especulativo que resultou na cisão do Ministério da Economia, com a conversão da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho em um novo Ministério do Trabalho e Previdência, o ministro Paulo Guedes privilegiou "segurar o caixa", conforme relata uma pessoa próxima a ele. Não abriu mão do naco de poder sobre as despesas federais.

Pelo contrário, fez um arranjo de forte simbolismo na estrutura de seu próprio ministério. Criou uma nova secretaria especial, a de Tesouro e Orçamento, que se dedicará exclusivamente ao controle do ciclo orçamentário: o planejamento do gasto, sua execução e a avaliação de seus resultados.

Extinguiu a Secretaria Especial de Fazenda, que tinha essas mesmas funções ligadas à despesa, mas cuidava também em outras frentes, como a gestão de loterias e de políticas para a energia.

Esses apêndices foram redistribuídos no organograma. A Secretaria de Política Econômica, responsável pela formulação de novos instrumentos, ganhou um upgrade e ficará ligada diretamente ao ministro.

A nova Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento materializa a recusa de Guedes em permitir a recriação do Ministério do Planejamento. Pressões para isso sempre existiram e recrudescem em tempos de **reforma ministerial**. Um governo politicamente enfraquecido é habitat ideal para o florescimento dessa ideia.

Guedes impediu essa divisão mais uma vez, e nisso foi apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro. De quebra, ainda manteve sob seu guarda-chuva a Dataprev, estatal que processa os benefícios do **INSS** e que, pelos planos originais, iria para o novo ministério. A empresa está na lista de privatizações e o arranjo a preserva de tentações fisiologistas.

O controle sobre o ciclo orçamentário, porém, não é suficiente para manter a trilha da consolidação fiscal.

Os números ainda não estão finalizados, mas o volume dos precatórios para 2022 pode ser bem maior do que os R\$ 54,7 bilhões projetados para este ano, aproximando-se de R\$ 90 bilhões. Trata-se, portanto, de mais um elemento a ser resolvido.

Não tardarão a ganhar espaço as pressões para que o teto de gastos seja flexibilizado para acomodar o crescimento das despesas que acompanha o ciclo eleitoral.

O teto tem sido um instrumento de contenção da ganância que, em outros tempos, teria sido a consequência direta do crescimento das receitas.

De janeiro a junho deste ano, a arrecadação foi R\$ 216 bilhões maior, em termos correntes, do que a vista na primeira metade de 2020. Está no horizonte, além disso, uma redução das despesas.

Tudo somado, há na área técnica quem veja condições de elevar a meta fiscal de 2022 em algo como R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões. Com isso, o avanço das receitas e a economia nas despesas iria para abater a dívida.

O Tesouro veria com bons olhos se o excedente fosse usado para acelerar a consolidação fiscal, disse o secretário Jeferson Bittencourt. Mas ele mesmo reconheceu que há limites, ao afirmar que há muitas questões ainda não endereçadas, em relação ao orçamento de 2022, para afirmar se tal providência será possível.

A proposta do governo para o orçamento de 2022 terá de chegar ao Congresso até o dia 31 de agosto. Um ponto de atenção é o novo Bolsa Família. Pelo menos até o momento, o programa tem sido formulado sem atender contra as regras de controle fiscal. Até porque existe espaço sob o teto de gastos para lançar o programa pagando os R\$ 300,00 defendidos por Bolsonaro, disse Bittencourt.

A pandemia expandiu a dívida pública do governo geral para 88,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em um país que já estava entre os mais endividados entre seus semelhantes. É preciso aproveitar o período favorável da economia para recolocar as contas públicas na trilha do ajuste.

Ceder a tentações populistas é receita certa para se desviar desse caminho. A economia dará sua resposta de imediato.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186968?page=1§ion=1

Governo quer parcelar sentenças judiciais e liberar R\$ 40 bi do Orçamento para o novo Bolsa Família em 2022

Manoel Ventura

Guedes e Ciro Nogueira vão apresentar PEC para parcelar sentenças judiciais aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG): texto prevê pagamento de fração do valor em 2022 e nove parcelas, abrindo brecha no Orçamento para o novo Bolsa Família Foto: Daniel Marenco / Agência O Globo

BRASÍLIA - Após identificar que derrotas judiciais podem consumir boa parte dos recursos previstos para custear a nova versão do Bolsa Família, o governo finalizou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para abrir espaço no Orçamento e permitir o pagamento do benefício no próximo ano, marcado pelas eleições presidenciais. O texto prevê que as despesas com sentenças da Justiça poderão ser pagas com uma fração do valor em 2022 e mais nove parcelas anuais. As mudanças previstas na PEC criam uma margem de cerca de R\$ 40 bilhões no Orçamento de 2022.

Os técnicos do Ministério da Economia avaliam que, com o colchão de recursos criado pela PEC, será possível propor um programa social com pagamento médio de R\$ 300 para 17 milhões de pessoas. Atualmente, o pagamento médio do Bolsa Família é de R\$ 192 para 14 milhões de beneficiários. O benefício é visto dentro do governo como vitrine para a campanha do presidente Jair Bolsonaro nas eleições do próximo ano, e ele já declarou reiteradas vezes que a nova versão do programa social tem de ficar em R\$ 300. O custo total do benefício no próximo ano deve ficar em R\$ 56 bilhões.

'Míssil' contra 'meteoro'

O texto vem sendo discutido há duas semanas entre o Ministério da Economia e o Palácio do Planalto e deve ser apresentado pelo ministro Paulo Guedes junto com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco, (DEM-MG) em uma reunião na tarde de hoje. A medida trata dos chamados precatórios, dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e para as quais não é mais

possível recorrer.

A PEC foi citada pelo presidente Jair Bolsonaro dias atrás quando se referiu ao programa social. O texto da PEC permite o parcelamento das dívidas judiciais de maior valor, na casa de milhões de reais, e não mexe em dívidas menores, como débitos relacionados a aposentadorias do **INSS**.

A proposta foi classificada por Guedes na última sexta-feira como um "míssil" para atingir um "meteoro" criado por outros poderes, já que os precatórios são definidos pelo Judiciário anualmente.

Antes de saber dos detalhes da PEC, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) classificou o parcelamento dos precatórios como "calote".

O governo terá de pagar R\$ 89,1 bilhões em 2022 por causa de sentenças judiciais de que não pode mais recorrer, segundo dados aos quais o GLOBO teve acesso. Esse número representa alta de 62% em relação ao valor previsto para este ano (R\$ 54,7 bilhões) e que já vinha crescendo acima da **inflação**.

O crescimento previsto dos precatórios para o próximo ano é muito superior à alta da **inflação** e ao teto de gastos, que é corrigido pelo IPCA.

Em razão da trajetória estimada de **inflação** para este ano, o governo previa uma folga de R\$ 30 bilhões no teto de gastos, o que significa mais recursos para gastar no próximo ano. Isso acontece porque o teto é corrigido pela **inflação** em 12 meses até junho, quando a taxa acumulada ficou acima de 8%. Mas as despesas com aposentadorias são corrigidas pelo índice de preços no fim do ano, quando se espera um percentual mais próximo dos 6%. É dessa diferença que o governo estima a margem de R\$ 30 bilhões.

E era justamente desta folga que viria boa parte dos recursos para custear o Bolsa Família sem ferir regras fiscais, mas o aumento das despesas previstas com precatórios engoliu essa margem no Orçamento.

Integrantes do Ministério da Economia têm dito que algumas das decisões judiciais têm características não

recorrentes e se transformaram em dívidas bilionárias. Um exemplo disso é a discussão sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) dos estados, um esqueleto que vem desde o governo Fernando Henrique Cardoso e teve decisão só agora. As despesas relacionadas a esse passivo subiram em R\$ 17 bilhões a conta total de precatórios de 2022.

Para conter o avanço das despesas com sentenças judiciais e deixar a dinâmica desse gasto mais próxima do teto, o governo vai propor alterar a Constituição.

'Superprecatórios'

Hoje, só é permitido o parcelamento, por um período de até cinco anos, de precatórios que custam 15% do total desse tipo de dívida. Mas praticamente não há dívidas nesse montante. Por isso, o governo vai propor que precatórios acima de 60 mil salários mínimos (R\$ 66 milhões) também possam ser parcelados. A esse tipo de dívida será dado o nome de "superprecatório", e a regra será permanente.

Nesse caso, uma fatia de 15% do precatório será paga em um ano e o restante parcelado em nove anos. A mudança vai abranger 42 decisões judiciais em 2022 e dará um alívio de R\$ 20 bilhões para o governo no próximo ano.

O texto cria um regime especial para o pagamento das dívidas judiciais até 2029. A PEC limita a despesa total com precatórios a um percentual de 2,6% da receita corrente líquida (disponível para gastar) acumulada 12 meses antes da requisição dos precatórios. É uma forma de delimitar quanto pode ser pago em um ano.

Essa mudança vai abranger mais de 7 mil decisões judiciais e gerar uma economia de mais R\$ 20 bilhões no próximo ano. O pagamento das sentenças será dividido: o desembolso em um ano (limitado a 2,6% da receita) e mais nove parcelas anuais.

O governo começou a elaborar a proposta após ser surpreendido pelo tamanho da conta de sentenças judiciais, a maior parte delas do Supremo Tribunal Federal (STF). Nas semanas que antecedem o envio do Orçamento do ano seguinte ao Congresso, o Ministério da Economia recebe a relação das sentenças que precisam ser quitadas. O Orçamento será enviado ao Congresso pelo governo no dia 31.

A ideia da proposta é deixar o valor dos precatórios mais próximo ao patamar deste ano, de R\$ 54,7 bilhões. Sem a mudança, os técnicos da equipe econômica dizem que os precatórios consumiriam o equivalente a 68% das despesas não obrigatórias do governo (investimentos e custeio da máquina pública).

Caso o Congresso aprove a PEC da forma como desenhou o governo, haverá espaço extra no Orçamento não só para o novo Bolsa Família, mas para investimentos e despesas de outras áreas. Para aprovar uma PEC, são necessários os votos de 308 deputados e 49 senadores em duas votações em cada Casa.

Regra para estados e municípios e a União

A proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitirá o parcelamento das dívidas federais decorrentes de decisões judiciais também vai dar mecanismos para o governo fazer encontros de contas com relação às sentenças que beneficiam estados, municípios e empresas.

No caso de estados e municípios, a proposta permitirá um encontro entre passivos. Por exemplo, uma decisão judicial que beneficia um estado poderá ser usada para abater a sua dívida com o governo federal. Dessa forma nenhuma das partes precisará fazer desembolsos. Ou seja, se um estado tem um precatório de R\$ 5 bilhões, ele poderá usar esse valor para pagar a dívida com o governo federal.

A proposta cria também um fundo no qual a União vai colocar ativos, como imóveis. Esses ativos, por sua vez, poderão ser usados para pagar dívidas judiciais do governo com empresas.

Caso uma companhia ganhe um processo contra o Executivo, esse valor poderá ser pago pelo governo com ativos que serão inseridos nesse fundo. A forma como os valores dos bens serão mensurados e a possibilidade de deságios serão regulamentadas após a eventual aprovação da PEC.

A Economia vê nas propostas uma forma de equalizar o balanço da União, ao reduzir ativos imobilizados (que podem estar subutilizados e gerando custos) e as dívidas federais.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-quer-parcelar-sentencas-judiciais-liberar-40-bi-do-orcamento-para-novo-bolsa-familia-em-2022-25136561>

As tormentas para o governo até 2022



Denise Rothenburg

Daqui até a eleição, o governo atravessará um "corredor polonês". É assim que os principais aliados definem o quadro rumo a outubro de 2022, especialmente nesse cenário de o presidente Jair Bolsonaro reafirmando, constantemente, que o voto impresso é sinônimo de eleições livres e transparentes - e que, sem isso, não haverá eleição. As declarações aumentam a tensão às vésperas da retomada dos trabalhos do Parlamento e do Poder Judiciário, num semestre que é visto como o período mais complicado, porque é quando se prepara o jogo para o ano eleitoral. E justamente num cenário em que o governo atravessa um de seus piores momentos, com o desemprego elevado, **inflação** e tensão entre os Poderes, Legislativo e Judiciário querem frear Bolsonaro.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, promete fazer um discurso contundente contra as ameaças à democracia. No Parlamento, a CPI da Covid volta com o foco sobre a negociação de vacinas, que, somada à polêmica do voto impresso, promete dominar esta semana de posse do novo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. O senador pelo Piauí e presidente do PP chega ao Planalto com a tensão escalando uma oitava acima por causa das declarações, ontem, de Bolsonaro, e justamente num tema que ele não elenca como prioridade e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já definiu como perda de tempo.

Se as dificuldades do governo se resumissem à PEC do voto impresso e à CPI, avaliariam ministros, não seria difícil resolver. Porém, há tensões com o Judiciário e o próprio Executivo. No primeiro caso, o presidente ainda não se livrou das acusações de interferência na Polícia Federal e terá que prestar depoimento. Para completar, as pastas se engalfinham por recursos orçamentários e pressionam o ministro da Economia,

Paulo Guedes, a abrir o cofre para que o Bolsonaro e eles próprios possam mostrar serviço ao eleitor.

Prioridades

As questões econômicas são classificadas internamente como as mais urgentes. Não por acaso, Ciro tem feito um périplo pelos ministérios para saber as prioridades de cada um. O movimento, além de dar um panorama do governo, ajudará a fazer as escolhas no final deste mês, quando chegar a hora de enviar o Orçamento do ano eleitoral ao Congresso. O maior desafio será acertar a verba destinada ao Auxílio Brasil - nome em estudo para substituir o Bolsa Família. O problema é que essa proposta não se restringe ao pagamento do benefício puro e simples, e há toda uma estrutura para as chamadas "portas de saída" para que as pessoas possam se sustentar. Isso também resultará na necessidade de investimento público que ainda não está assegurado para o ano que vem. As pressões por verbas prometem ser a prioridade do Executivo este mês e, em setembro, vão se transferir para o Parlamento.

A posse de Ciro está marcada para amanhã, quando faltarão dois dias para que a comissão especial da PEC do voto impresso analise o parecer do relator, Felipe Barros (PSL-PR). O novo ministro não pretende interferir nessa seara. E, se fizer declarações, a ideia é que não passem de afirmações protocolares. O trabalho de Ciro será focado em buscar "estabilidade" política para que o governo atravessasse esse período.

"Ciro certamente ajudará a melhorar a relação. É habilidoso, mas resta saber se terá respaldo do governo para isso", diz o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), relator de um projeto que dá autorização para que o governo possa emitir títulos a fim de pagar despesas com pessoal e benefícios previdenciários - mais um sinal de dificuldades para fechar as contas do ano.

A prioridade do ministro será tentar estabilizar a relação do governo no Senado, onde a CPI, por causa do cochilo do governo na formação do colegiado, se transformou no maior foco de desgaste. E agora, com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), no aquecimento para concorrer à Presidência da República, há a avaliação de que é preciso segurar aliados e preparar, desde já, o terreno para quando o relatório de Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI, for apresentado.

Sem afobação

Além disso, tem que cuidar para que o governo não se exponha a derrotas importantes na Casa - por exemplo, a indicação do advogado-geral da União, André Mendonça, para ministro do STF, e a recondução de Augusto Aras à Procuradoria-Geral da República. Até aqui, a maior resistência a Mendonça vem do ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que se julga abandonado pelo governo e está disposto a impor uma derrota ao Planalto.

Mas Ciro não poderá se descuidar da Câmara, embora possa contar mais com Lira do que com os senadores. É que, ali, estará em discussão a **reforma tributária** e a política. Em relação à tributária, há promessa de volta da tensão entre os dois Poderes: o presidente da Casa quer votar os projetos da reforma do Imposto de Renda e Pacheco prometeu fazer caminhar a proposta de uma **reforma tributária** mais ampla, que tramita no Senado. Diante de duas propostas tramitando ao mesmo tempo, em casas diferentes, as perspectivas de acordo tendem a voltar à estaca zero.

Quanto à **reforma política**, a situação não é muito diferente. Uma parte dos deputados defende o Distritão, sistema que dá acesso à Câmara apenas aos mais votados e enfraquece os partidos. Os senadores não são muito simpáticos a esse texto e a briga promete ser grande, tumultuando o clima para votações de interesse do Poder Executivo. Mais um tema que Ciro não pode descuidar.

Pedreiras em sequência

» Poder Judiciário - A tensão continuará alta por causa das declarações de Jair Bolsonaro de que, sem voto impresso não haverá eleições. Hoje, inclusive, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, prometeu uma dura resposta ao presidente da República, em relação às ameaças ao pleito. De quebra, ainda há o inquérito das Fake News, que envolve a família Bolsonaro, e o de interferência na Polícia Federal, no qual o presidente será chamado a depor.

» CPI da Covid - As declarações do presidente da Comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), na entrevista ao Correio publicada na edição de ontem, de que Bolsonaro "ajudou a acobertar corrupção com vacinas", também aumentam a animosidade a níveis superiores àqueles anteriores ao do recesso. A comissão de inquérito é uma das grandes preocupações de Ciro Nogueira.

» Pagamento de Precatórios - Serão mais R\$ 89 bilhões que o governo terá que tirar da cartola para pagar suas contas. O meteoro caberá ao ministro

Paulo Guedes contornar. E só conseguirá se houver um clima de diálogo entre o Palácio do Planalto e o Judiciário

» Orçamento de 2022 - A briga por verbas está intensa na Esplanada e os ministros não querem perder recursos de obras prioritárias para emendas de relator.

» Aprovação do novo ministro do STF - O advogado-geral da União, André Mendonça, percorre os gabinetes do Senado em busca de apoio e tem levado alguns chás de cadeira. Ciro será fundamental nesse trabalho de cabalar votos.

» Recondução de Augusto Aras - O procurador-geral da República é outro que precisa passar pelo Senado - e está com as mesmas dificuldades de Mendonça.

» **Reforma tributária** - A promessa de colocar o texto de uma reforma mais ampla para análise dos senadores promete promover mais uma disputa entre as duas Casas, uma vez que a proposta mais restrita tramita na Câmara - que não quer perder tal protagonismo.

» Reforma administrativa - Essa é considerada praticamente inviável neste semestre, pois deputados e senadores não querem briga com os segmentos do funcionalismo.

» Voto impresso - A aposta dos partidos é a de que a proposta será sepultada, quinta-feira, na comissão especial.

Senado pode apoiar reforma mais ampla



Israel Medeiros

As indefinições em torno da **reforma tributária** do governo federal têm deixado empresários, analistas e políticos insatisfeitos. O projeto que altera o Imposto de Renda foi severamente alterado pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA). Diante da complexidade da proposta, no Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), articula um eventual retorno da PEC 110/2019 como proposta principal da **reforma tributária**.

A ideia original do governo era aprovar na Câmara a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e a reforma do IR com taxação de dividendos (texto que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) quer votar nesta semana). O Senado ficaria com a criação de um passaporte tributário e a criação de um imposto seletivo que substituiria o atual IPI. A união de ICMS e ISS em um IVA subnacional e o que mais restasse seria tratado na PEC 110, também no Senado.

Mas esse entendimento parece ter mudado, segundo fontes próximas a Pacheco. O relator da proposta, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), passou a trabalhar em um novo parecer para o texto, com o auxílio de nomes como o da tributarista Melina Rocha. Ele tem o aval do ministro Paulo Guedes, com quem conversou nas últimas semanas. A ideia é amarrar a reforma dos **tributos** sobre consumo na PEC 110, para garantir uma reforma mais ampla.

Esse modelo de tramitação agrada a indústria, que deve entregar, junto a uma frente de secretários estaduais de Fazenda, um manifesto pela **reforma tributária** ampla nesta semana. Armando Monteiro, conselheiro emérito da CNI, acredita que a mera união de PIS e Cofins (como quer o governo na primeira fase), não é uma reforma e, portanto, não corrige as distorções do sistema. Para ele, Roberto Rocha "está

firmemente empenhado em aperfeiçoar a proposta (PEC 110)" e vem fazendo "um grande trabalho". Monteiro pontua que a reforma que a indústria deseja tem de ser pela via constitucional e que "o caminho é pela PEC 110".

"Não tenho dúvida de que o Senado tem que ter protagonismo nessa fase. O presidente da Câmara, Arthur Lira, se destituiu do propósito de fazer uma reforma ampla. Ele desconsiderou o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro para defender a junção de PIS e Cofins. Se o Senado é a casa da Federação, tem toda legitimidade para tratar de **impostos** municipais, estaduais e municipais", acrescenta.

Especialistas também acreditam que a PEC 110 é um projeto de **reforma tributária** mais eficiente do que o modelo faseado proposto pelo governo. Para Ana Carolina Monguilod, sócia do i2a Advogados e professora do Insper, a proposta do governo traz mais complexidade ao sistema. "O melhor caminho é voltarmos a debater uma reforma ampla, que efetivamente possibilite uma reforma estrutural. Há décadas convivemos com mudanças que representam meros "puxadinhos". O que resultou disso foi um sistema cada vez pior", arrematou. "De maneira geral, acredito (que a PEC 110) é um caminho com mais potencial do que os remendos no Imposto de Renda propostos pelo governo."

Negócios

8 • CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, segunda-feira, 2 de agosto de 2021



AMAURI SEGALLA

MERCADO S/A

amauri.segalla@brasilnegocios.com.br

BASTA OBSERVAR A VISIBILIDADE QUE OS COMPETIDORES TRAZEM PARA PERCEBER QUE INVESTIR NO ESPORTE TRAZ RETORNOS DE IMAGEM MUITO POSITIVOS

Empresas deveriam patrocinar futuras Rebecas

O ótimo desempenho dos atletas brasileiros em Tóquio, traduzido nas medalhas da ginasta Rebeca Andrade e tantas outras, representa um convite para os patrocinadores. Basta observar com atenção a visibilidade que os competidores trazem, a emoção que despertam, a capacidade que têm para gerar empatia, para perceber que investir no esporte traz quase sempre retornos de imagem muito positivos. Por que então as confederações brasileiras continuam à míngua? Por que a maioria dos esportistas, à exceção do futebol, sofre para levar uma vida financeira digna? No Brasil, os investimentos no esporte costumam aparecer só às vésperas da Olimpíada, o que não faz sentido algum — a atleta, como se sabe, precisa se preparar durante o ciclo inteiro. Há boas iniciativas, como o recém-assinado contrato da XP para patrocinar o Comitê Olímpico do Brasil (COB), numa parceria que se estenderá até a Olimpíada de Paris, em 2024. Mas é preciso muito mais.

LOL/Marko/ALP



RAPIDINHAS

» A locadora Movida criou uma série de iniciativas para estimular o aluguel de carros elétricos. A empresa comprou carregadores portáteis e adicionou pontos de recargas em algumas de suas lojas. Por enquanto, a demanda é limitada. A previsão, porém, é que em pelo menos 20% da frota seja híbrida ou totalmente elétrica em uma década.

» Uma análise detalhada da pesquisa do Banco Central, sobre os índices de inflação, expõe a dura realidade no país. Segundo o estudo, 36,5% dos brasileiros possuem contas em atraso superior a 90 dias ou estão com mais da metade de salário comprometido com dívidas. E o percentual, mais alto desde 2005.

» O porto-comitêmen Ever Given, que bloqueou o Canal de Suez e causou bilhões de dólares em prejuízos, virou atração turística. Na Irlanda, o Porto de Rotterdam, onde o navio está ancorado, recebe faturar com a história. Os administradores locais criaram um passeio que leva os interessados para uma visita perto da embarcação. Custa R\$ 70.

» O principal argumento dos trabalhadores que defendem o home office é que, em casa, a produtividade aumenta. Eles estão entusiasmados por negócios. Uma delas, feita pela Fundação Instituto de Administração (FIA), mostrou que 96% das empresas brasileiras atingiram ou superaram as expectativas de resultados com o trabalho remoto.

A mulher pode e deve ocupar todos os espaços, inclusive no mercado financeiro. Não existe liberdade sem liberdade financeira*

Luíse Barsi, economista, educadora financeira e filha de Luiz Barsi, um dos maiores investidores individuais da bolsa brasileira

No Brasil, descontos para vacinados

A vacina pode ajudar o bolso dos imunizados. Para atrair clientes — e fazer um jogo saudável de marketing —, algumas empresas oferecem promoções às pessoas que apresentarem o comprovante de vacinação. Na rede de alimentação saudável M. Ft, os descontos serão de 10% para compras feitas durante agosto. Na Domino's, os imunizados com duas doses recebem, às segundas-feiras, a segunda pizza de graça. Já a Porto Seguro concede condições especiais na contratação de seguro de vida.

Almirante Krinke/CE/DA Press



Investimentos públicos no esporte caíram no atual ciclo olímpico

Os políticos querem faturar com as conquistas brasileiras na Olimpíada, mas eles pouco fazem pelos atletas. Segundo dados da Universidade de Brasília (UnB), o investimento público no esporte para o ciclo de Tóquio (2017 a 2020) foi reduzido em R\$ 350 milhões, uma queda de 11% em comparação com os desembolsos para a Rio-2016. Aquém argumentará que faltam recursos. Dependendo do ponto de vista: só no ano passado, a União gastou R\$ 19,3 bilhões com pensões de dependentes de militares.

62,1%

foi quanto caiu o investimento direto estrangeiro no Brasil em 2020 em relação a 2019, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A queda foi superior à média da América Latina (45,4%).

Reprodução



Micros e pequenos negócios representam 70% do mercado pet

Apesar do expressivo crescimento de redes como Petz e Cobasi nos últimos 5 anos, o mercado brasileiro de produtos para animais continua bastante diversificado. De acordo com dados do Instituto Pet Brasil, micros e pequenos empresários representam aproximadamente 70% do setor. Não é difícil imaginar, portanto, que há muito espaço para fusões e aquisições — não faltam boas oportunidades. Em 2020, o segmento faturou R\$ 40,1 bilhões, um crescimento de 13,5% em comparação com 2018.

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO

Quando sobra **AMOR** nada fica faltando.

Nesses tempos difíceis, o que você tem aí sobrando além de fé, otimismo e esperança? Algum alimento não perecível, um cobertor ou um agasalho?

O Programa Correio Braziliense Solidário está com uma Campanha de Arrecadação para ajudar os que mais precisam.

Faça sua doação: Drive-Thru: estacionamento do Correio Braziliense SIG - Quadra 2 - nº 340 ou nas Blitz da Rádio Clube FM

apoio:

realização:

TRIBUTOS

Rodrigo Pacheco articula recolocar a PEC 110, que unifica impostos sobre consumo, como base das mudanças no sistema tributário

Senado pode apoiar reforma mais ampla

ISRAEL MEDEIROS

As indefinições em torno da reforma tributária do governo federal têm deixado empresários, analistas e políticos insatisfeitos. O projeto que altera o Imposto de Renda foi severamente alterado pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA). Diante da complexidade da proposta, no Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), articula um eventual retorno da PEC 110/2019 como proposta principal da reforma tributária.

A ideia original do governo era aprovar na Câmara a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e a reforma do IR com taxaço de dividendos (texto que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) quer votar nesta semana). O Senado ficaria com a criação de um passaporte tributário e a criação de um imposto seletivo, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), passou a trabalhar em um novo parecer para o texto, com o auxílio de nomes como o da tributarista Melina Rocha. Ele tem o aval do ministro Paulo Guedes, com quem conversou nas últimas semanas. A ideia é amarrar a reforma dos tributos sobre consumo na PEC 110, para garantir uma reforma mais ampla.

Esse modelo de transição agrada a indústria, que deve entregar, junto a uma frente de secretários estaduais de Fazenda, um manifesto pela reforma tributária ampla nesta semana. Armando Monteiro, conselheiro emérito da CNI, acredita que a mera união de PIS e Cofins (como quer o governo na primeira fase), não é uma reforma e, portanto, não corrige as distorções do sistema. Para ele, Roberto Rocha "está firmemente empenhado em aperfeiçoar a proposta (PEC 110)" e vem fazendo "um grande trabalho". Monteiro pontua que a reforma que a indústria deseja tem de ser pela via constitucional e que "o caminho é pela PEC 110".

"Não tenho dúvida de que o Senado tem que ter protagonismo nessa fase. O presidente da Câmara, Arthur Lira, se destina ao propósito de fazer uma reforma ampla. Ele desconstruiu o relatório do deputado Aguilando Ribeiro para defender a junção de PIS e Cofins. Se o Senado é a casa da Federação, tem toda legitimidade para tratar de impostos municipais, estaduais e municipais", acrescenta.

Especialistas também acreditam que a PEC 110 é um projeto de reforma tributária mais eficiente do que o modelo faseado proposto pelo governo. Para Ana Carolina Monguilod, sócia do IZA Advogados e professora do Insper, a proposta do governo traz mais complexidade ao sistema. "O melhor caminho é voltarmos a debater uma reforma ampla, que efetivamente possibilite uma reforma estrutural. Há décadas convivemos com mudanças que representam meros 'puxadinhos'. O que resultou disso foi um sistema cada vez pior", arremata. "De maneira geral, acredito que a PEC 110 é um caminho com mais potencial do que os retornos no Imposto de Renda propostos pelo governo."

Presidente do Senado tem apoio da indústria para discutir alteração

Governo aposta em avanço de agenda econômica após reforma ministerial



Thiago Resende Danielle Brant

Apesar da janela curta até as eleições, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro (sem partido) espera avançar na agenda de reformas e privatização no Congresso.

O governo aposta que a **reforma ministerial**, que aproxima ainda mais Palácio do Planalto e centrão, irá facilitar a tramitação de projetos de interesse do Ministério da Economia, de Paulo Guedes.

Aliado do presidente Jair Bolsonaro, Ciro Nogueira (PP-PI) se licenciou da vaga de senador e foi nomeado para a Casa Civil. No ministério, vai cuidar da articulação política.

O ministro é líder do centrão, grupo de partidos que se alinhou a Bolsonaro após a liberação de cargos e emendas. A expectativa é que Ciro dê sequência a essa estratégia e, com isso, esses partidos fiquem menos resistentes a pautas impopulares, como reformas e privatizações.

O Congresso retoma as atividades a partir desta segunda-feira (2). Apesar das expectativas positivas no Ministério da Economia, ajustes nas propostas devem ser necessários.

É o caso, por exemplo, do projeto de criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), primeira etapa

da **reforma tributária**. Enviado pelo governo há cerca de um ano, o texto deve ser votado somente depois da proposta que muda o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, enviada há mais de um mês.

No projeto original da CBS, que unifica PIS e Cofins, a alíquota seria de 12%. Governo e o Congresso avaliam criar percentuais diferentes para alguns setores.

A ideia em discussão é criar uma alíquota mais baixa para comércio e serviços. Já para a indústria, a tendência é fixar um patamar mais elevado.

"Estamos ouvindo os setores para depois formatar nosso relatório", disse o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), relator do projeto.

Já a perspectiva para o texto que muda o IR é mais promissora, apesar das críticas recebidas. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o projeto deve ser votado já na próxima semana, na volta do recesso.

"É um assunto que já estava nos líderes da Casa bem amadurecido, mas a Câmara, com muita tranquilidade e transparência, paciência, deixamos o projeto por mais 15 dias durante recesso para que sofresse críticas construtivas, sempre proposições que visem a melhorar o ambiente de negócio, com imposto mais justo, baixando o Imposto de Renda do setor produtivo, aumentando o imposto sobre o valor especulativo", disse.

O texto original foi duramente criticado. Desde então, a proposta vem sendo desidratada pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Na quarta-feira (28), ele decidiu prever isenção sobre a distribuição de lucros e dividendos a todas as empresas inscritas no Simples Nacional.

Para as companhias que serão taxadas após eventual aprovação do projeto, o deputado afirmou que avalia ampliar a faixa de isenção, atualmente estabelecida no texto em R\$ 20 mil por mês.

O projeto inicial do governo propunha uma cobrança de 20% de Imposto de Renda sobre dividendos (parte do lucro distribuído pelas empresas a acionistas),

acabando com uma isenção prevista em lei há 25 anos.

No Senado, a reformulação do sistema tributário também deve começar a avançar com a proposta chamada de passaporte tributário. A ideia é criar um mecanismo de renegociação de dívidas com desconto.

O Senado tem sido o principal ponto de atrito com o governo. Integrantes do Ministério da Economia dizem acreditar que, com a escolha de Ciro para a Casa Civil, o clima na Casa, que é sede da CPI da Covid, deverá melhorar.

O novo ministro já pediu ao presidente para ter autonomia para assumir compromissos pela liberação de emendas, cargos e articulações no Congresso que garantam a aprovação de projetos de interesse do Executivo sem ser desautorizado posteriormente por Bolsonaro.

Outro projeto para ser destravado no Senado é a criação da BR do Mar, iniciativa que busca reduzir a dependência do transporte rodoviário no país e ampliar a navegação entre portos nacionais, a chamada cabotagem.

O projeto foi aprovado pela Câmara no fim do ano passado. O plano é flexibilizar as regras para a navegação entre portos nacionais e aumentar a frota de embarcações no país.

Porém, a proposta deverá ser modificada pelo relator, Nelsinho Trad (PSD-MS). Com isso, o texto ainda deverá voltar para a Câmara depois que o governo conseguir reduzir as resistências a ele no Senado.

No projeto de privatização dos Correios, líderes querem medidas que beneficiem os funcionários da estatal. Lira prometeu colocar o texto para ser votado também na próxima semana.

Mesmo líderes da oposição calculam haver votos suficientes para aprovar a medida no plenário -como é projeto de lei, pode ser aprovado por maioria de votos, desde que esteja presente no plenário a maioria absoluta dos deputados (257).

A reforma mais difícil de andar e que teria inclusive ressalvas por parte do próprio presidente Bolsonaro é a administrativa, atualmente em uma comissão especial na Câmara dos Deputados.

O relator do texto, Arthur Maia (DEM-BA) defende que a proposta seja mais dura que a versão original, enviada pelo governo em setembro de 2020, mas enfrenta forte pressão de categorias. Lira mantém a expectativa de votar o texto neste ano.

"E todas as minhas combinações, conversas, acertos políticos com o presidente do Senado [Rodrigo Pacheco, DEM-MG], eu penso que o Congresso Nacional deve e pode entregar até novembro essa pauta de reformas", disse Lira.

PRIORIDADES PÓS-RECESSO

CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)

Funde os **tributos** federais PIS e Cofins, com alíquota de 12% e entrada em vigor seis meses após publicação da lei. Objetivo principal é simplificar regras e reduzir disputas entre contribuintes e Receita. Está na Câmara

Imposto de Renda

Amplia para R\$ 2.500 por mês a faixa de isenção do IR para pessoa física. Somente quem ganha até R\$ 40 mil por ano teria direito ao desconto simplificado. Para tentar viabilizar o texto, o relator decidiu prever isenção sobre a distribuição de lucros e dividendos a todas as empresas inscritas no Simples Nacional. Está na Câmara

Correios

Projeto quebra o monopólio da estatal e abre a empresa pública para o capital privado. Relator defende que os funcionários tenham uma estabilidade de 18 meses após privatização e propõe o que chama de "tarifa social" para os usuários sem dinheiro para pagar pelo serviço. Está na Câmara

Reforma administrativa

Busca enxugar a máquina pública ao proibir progressões automáticas de carreira e abrir caminho para o fim da estabilidade em grande parte dos cargos; lobby de categorias ameaça desidratar o texto. Está na Câmara

BR do Mar

Texto busca reduzir a dependência do transporte rodoviário no país e ampliar navegação entre portos nacionais (cabotagem); governo quer ampliar em 40% a capacidade da frota marítima dedicada à cabotagem nos próximos três anos. Está no Senado

Passaporte tributário

Cria nova renegociação de dívida com desconto ou mecanismo mais focalizado de transação tributária para devedores. Texto ainda não foi enviado pelo governo. Quando isso acontecer, começará a tramitar

pelo Senado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

18

Entenda o 'quebra-cabeça' da reforma do Imposto de Renda

Douglas Gavras

A reação foi pior do que o governo esperava: a proposta preliminar da segunda fase da **reforma tributária**, que mexe nas regras do Imposto de Renda, desagradou empresários, ao colocar uma taxa de 20% sobre a distribuição de lucros e dividendos aos acionistas e cortar o IR para as empresas abaixo do que elas gostariam.

Assustado com a repercussão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao empresariado que estava disposto a calibrar pontos da reforma. O texto do relator, Celso Sabido (PSDB-PA), ainda está em discussão e diversas mudanças na versão preliminar já ocorreram.

A proposta original previa, por exemplo, uma tributação de 20% de dividendos e isenção para até R\$ 20 mil por mês para pessoas físicas que recebem de micro e pequenas empresas. O relator quer ampliar o desconto para empresas de um mesmo grupo, entre outras isenções. Em compensação, ele chegou a mencionar o fim de subsídios a alguns setores, como à indústria química.

A tributação para empresas também mudou radicalmente desde que deixou o Ministério da Economia. No original, a alíquota de IR seria cortada aos poucos, em cinco pontos percentuais: de 15% para 12,5%, em 2022, e 10% no ano seguinte.

Agora, o deputado apresentou uma nova versão uma nova versão do texto também para representantes de estados e municípios prevendo um corte de 7,5 pontos no primeiro ano, de 2,5 pontos no segundo e outros 2,5 pontos no terceiro.

Impedir o contribuinte que ganha acima de R\$ 40 mil por ano a optar pela declaração simplificada é outro ponto polêmico da proposta, por prejudicar os brasileiros de classe média baixa e aqueles sem dependentes. Um estudo do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas) aponta que mais de 2 milhões devem ter de pagar mais imposto.

Na visão de parte dos analistas, a reforma optou por pesar a mão sobre parte dos contribuintes de classe média para poupar a parcela que mais utiliza os

descontos com instrução e serviços médicos hoje, os que têm renda média mais alta.

Na sexta-feira (29), Sabino afirmou que seu texto vai voltar a prever a tributação de recursos de pessoas físicas brasileiras em paraísos fiscais. O endurecimento estava no projeto do governo -mas foi retirado na versão seguinte, de Guedes e Sabino, apresentada a líderes em 13 de julho.

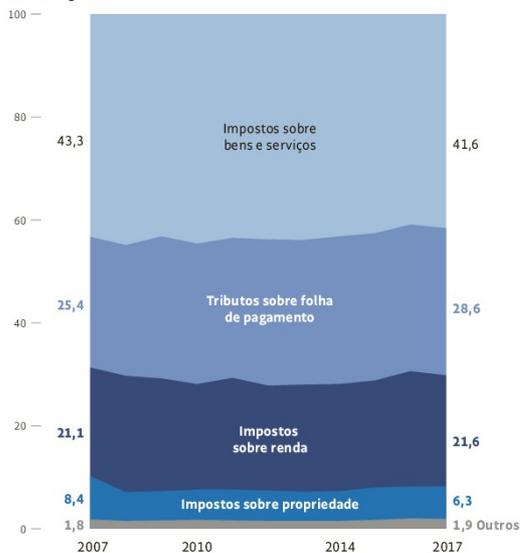
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49618>

Raio-X do Imposto de Renda no Brasil

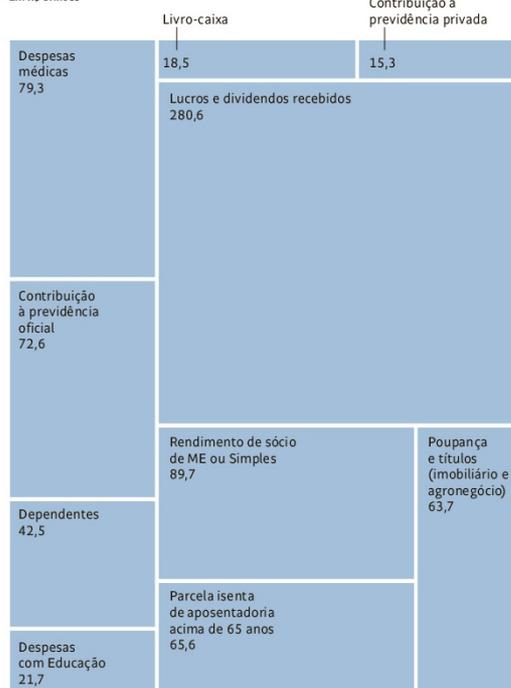
Participação da carga tributária

Em % da carga total



Valor de principais deduções e isenções do IRPF*

Em R\$ bilhões



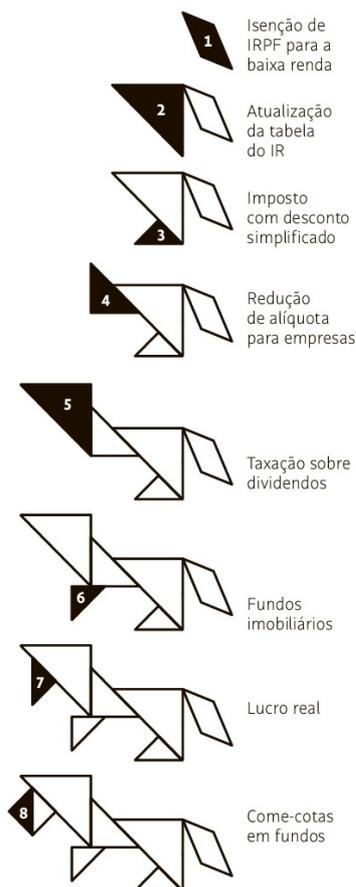
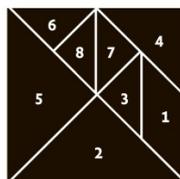
Tributação combinada sobre lucros e dividendos**

Em % da alíquota estatutária



*Valores para o ano de 2017
** Dados para o ano de 2018

Veja os principais pontos em discussão na reforma do Imposto de Renda



Como é

Está isento de pagar imposto quem ganha até R\$ 1.903,98, ou seja, pouco mais de um salário mínimo e meio

A tabela está desatualizada desde 2015 e sua atualização é uma demanda que ultrapassa diferentes governos

Hoje, o contribuinte pode optar pelo desconto simplificado de 20%, que é mais favorável, sobretudo para aqueles com menos deduções com dependentes

A alíquota-base do Imposto de Renda Para Pessoa Jurídica é de 15%. Também há uma cobrança adicional de 10% sobre o lucro superior a R\$ 20 mil

Brasil é um dos poucos países que não cobram tributação sobre a distribuição de dividendos aos acionistas

Isenção sobre os rendimentos dado à pessoa física, para fundos com cotas negociadas a partir de 2022, e tributação dos demais cotistas em 20%

Segundo a Receita, o sistema de lucro presumido é usado de forma indevida hoje para evitar tributação de parte dos rendimentos

Os fundos abertos pagam tributos duas vezes ao ano, a cobrança chamada de "come-cotas"

Como propôs o governo

Ficam sem pagar o IRPF os contribuintes que ganham até R\$ 2.500, ou pouco mais de dois salários mínimos

É proposta uma correção de 31% na faixa de isenção e, na média, de 13% nas demais

A modalidade simplificada deixa de ser opção para todos e passa a ser apenas para quem ganha até R\$ 40 mil anuais. Deduções com despesas médicas e com educação continuam

A sugestão é que a alíquota para as empresas seja cortada gradativamente em cinco pontos percentuais, para 12,5% em 2022 e 10% em 2023. A cobrança de 10% sobre o lucro maior que R\$ 20 mil continua

Foi proposta uma tributação de 20% na fonte e está prevista uma isenção para até R\$ 20 mil por mês para pessoas físicas que recebem de micro e pequenas empresas

Não há mais isenção e a cobrança é de 15% sobre os rendimentos

Aumenta o número de possibilidades de apuração de IRPJ e da CSLL sobre o lucro real

Projeto enviado pelo governo ao Congresso cria a tributação anual de 15% para os fundos fechados

O que prevê o relator

Permanece a proposta original do governo

Permanece a proposta original do governo

Permanece a proposta original do governo

Inicialmente, corte de 12,5 pontos percentuais (10 pontos no primeiro ano e 2,5 pontos no ano seguinte), com a alíquota indo de 15% para 2,5%. Em nova versão, prevê corte de 7,5 pontos no primeiro ano, de 2,5 pontos no segundo e outros 2,5 pontos no terceiro. A cobrança de 10% sobre o lucro maior que R\$ 20 mil fica mantida

Um dos pontos mais sensíveis da proposta, o relator propõe isenção para empresas do mesmo grupo e estuda ampliar as isenções entre sócios de micro e pequenas empresas da mesma família, o próprio ministro Paulo Guedes já fala de escalonamento

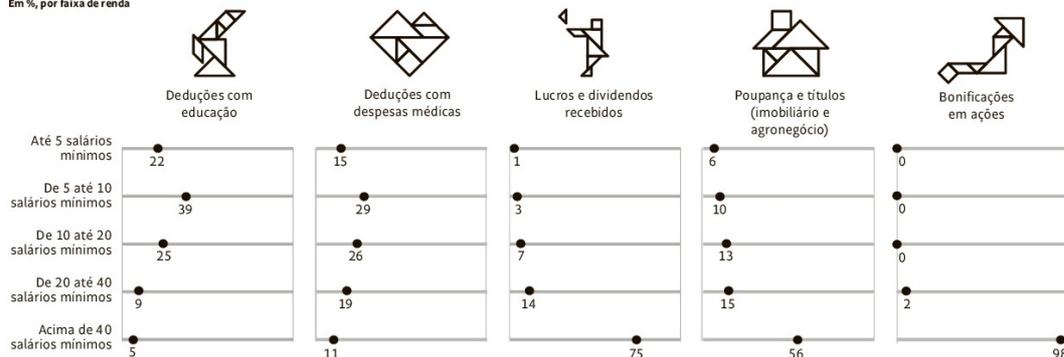
Após forte pressão, relator manteve a isenção sobre esse tipo de rendimento

Proposta retoma possibilidades de empresa usar a tributação sobre o lucro presumido, após forte apelo de setores, como o da construção civil

Foi retirada a previsão de cobrança antecipada para aplicações em fundos de investimento em infraestrutura, agroindústria, inovação, entre outros

Concentração das deduções e isenções*

Em %, por faixa de renda



Quebra-cabeça chinês
O tangram permite formar centenas de figuras com apenas sete peças. Para ilustrar esta reportagem foi adaptado para oito, formando um leão. O animal é associado ao Imposto de Renda desde campanha publicitária da Receita Federal em 1979

Fontes: Receita Federal, Ministério da Economia, Iedi e parecer prévio do relator Celso Sabino

É um erro manter isenção para o Simples Nacional (3)

Pelo que revelou o relator Celso Sabino (PSDB-PA), a proposta ruim de **reforma tributária** que tramita na Câmara poderá ficar pior. Entre os desatinos que anunciou, chamaram a atenção a intenção de preservar a isenção de **impostos** sobre dividendos distribuídos por empresas que declaram pelo regime do Simples Nacional, a de ampliar a faixa de isenção nos demais regimes para acima de R\$ 20 mil e a de reduzir as alíquotas para o regime do lucro presumido. Sob o pretexto de agradar a micro e pequenas empresas, a proposta continuará a ampliar as distorções que fazem do sistema tributário brasileiro um dos mais injustos e o mais complexo do mundo.

O Simples foi criado como um regime especial para unificar a cobrança de **tributos** e facilitar a vida dos pequenos empresários. Foi tão bem-sucedido que, com o tempo, uma sucessão de acréscimos acabaram por tomá-lo um labirinto cheio de desvios, capazes de abrigar qualquer negócio cujo faturamento anual esteja abaixo de R\$ 4,8 milhões -em particular, profissionais liberais ou executivos que preferem se transformar em pessoas jurídicas para fins tributários, expediente conhecido como "pejotização". A faixa de enquadramento é muito superior à praticada em programas similares no mundo.

De acordo com o próprio governo, o Simples representou em 2019, quando era adotado por 3,3 milhões de empresas, uma perda de arrecadação de R\$ 76 bilhões, um quarto do total de subsídios tributários e a maior renúncia fiscal da União, equivalente a 1% do **PIB**. Hoje o cadastro do regime reúne 4,2 milhões de empresas. Muitas são mesmo pequenos negócios que mereceriam benefícios. Mas é escandalosa a quantidade cujo objetivo é apenas a engenharia tributária.

Em vez de corrigir o festival de abusos, a proposta de Sabino contribui para agravar as distorções. A criação do imposto sobre dividendos tinha ao menos a qualidade de tentar fechar a brecha para a "pejotização". Pelos cálculos do economista Bernard Appy, quem ganha R\$ 100 mil por mês está sujeito hoje à alíquota média de 38% se for funcionário de empresa, 26% se for servidor público, 16% se declarar pelo Simples e 12% pelo lucro presumido (descontando o que recebe em benefícios). Na proposta anterior do relator, a cobrança de dividendos elevaria as duas últimas alíquotas a, respectivamente,

23% e 21%, reduzindo a distorção.

Na faixa de isenção para quem faturasse até R\$ 20 mil, porém, elas cairiam -de 9,7% para 4,7%; e de 3,3% para 2,6% -, aumentando, até esse patamar de renda, a distância para funcionários contratados (que hoje pagam 29%) e servidores (21%). A expansão do limite que dá direito à isenção só contribuiria para levar mais distorção às faixas que ganham mais de R\$30 mil -o 1% com maior renda na população. Reduzir alíquotas sobre o lucro presumido teria efeito semelhante.

A dificuldade do governo e do relator é entender que o redesenho dos regimes tributários exige atitude oposta à que têm demonstrado. Em vez de ceder às pressões para preservar os privilégios de quem paga menos do que pode e deveria, ambos têm o dever de enfrentá-las. É preciso restringir o Simples ao objetivo original, banindo abusos. E criar um sistema que não favoreça quem tem mais renda e, para compensar, lance a carga tributária escandalosa necessária para sustentar o Estado nas costas de quem investe para gerar emprego -e dos mais pobres.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com Ciro Nogueira ministro, governo espera reforma aprovada em retribuição

REPORTAGEM

Os efeitos da chegada do senador Ciro Nogueira (PP-PI) ao Palácio do Planalto serão testados agora com o fim do recesso parlamentar. O teste ocorrerá principalmente na Câmara dos Deputados. Apesar de ser oriundo do senado, o líder do centrão e presidente do PP azeitou com parlamentares que é hora de mostrar serviço.

A expectativa do governo é aproveitar já nestas primeiras semanas o embalo do bom momento com os parlamentares para avançar a pauta econômica em pelo menos três frentes: tributária, Correios e MP do BEm, que trata do Programa Emergencial do Emprego e Renda.

Há ainda a aposta de avanço na polêmica reforma administrativa e na reforma eleitoral, conhecida como distritão. No calendário inicial dos trabalhos na Câmara ainda constam a expectativa de aprovação da regularização fundiária e do projeto que altera o uso de agrotóxicos e pesticidas.

A base do governo está firme e animada com a expectativa de melhora no ambiente político com a ascensão de Ciro Nogueira, disse à coluna o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

O ministro da Economia, Paulo Guedes, que perdeu espaço com as mudanças ministeriais promovidas pelo presidente Jair Bolsonaro, também tem mostrado otimismo no avanço das reformas, segundo seus auxiliares. Vamos aprovar coisas importantes já nessa primeira semana, tem dito o ministro.

Nas semanas de recesso, Guedes fez diversas reuniões com o relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), para fazer ajustes no texto e tentar diminuir as resistências ao projeto.

A avaliação do governo é de que com a chegada de Ciro Nogueira e o apoio público do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), abre-se uma janela de oportunidades que precisa ser aproveitada.

O governo trouxe o centrão para mais perto. Agora eles precisam retribuir, e o avanço da pauta

econômica é fundamental, disse um interlocutor do presidente.

Na semana passada, Lira fez postagens nas redes sociais dizendo que havia conversado com o deputado Sabino para que o projeto mantenha as empresas do Simples isentas da taxa de dividendos, o que foi acatado por Guedes.

Lira, então, prometeu colocar o tema já nesta semana em votação.

Como prioridade para o segundo semestre, temos votações importantes. Logo na primeira semana, na volta do recesso, estamos com tranquilidade para votação da primeira etapa da **reforma tributária**, a que define as novas regras para o Imposto de Renda, escreveu o presidente da Câmara.

Apesar do otimismo do presidente, alguns parlamentares da base ouvidos pela coluna disseram que a discussão do tema pode se alongar mais do que deseja o governo, pois ainda não há consenso total sobre o texto.

Se na Câmara o governo acredita que o efeito Ciro tem chances de surtir efeitos positivos na pauta econômica, no Senado, há outras preocupações neste primeiro momento.

A principal é a retomada dos trabalhos da CPI da Covid, que deve continuar a trazer desgaste para o governo.

Além disso, Bolsonaro e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), não atravessam uma fase de total harmonia, já que há a desconfiança de que Pacheco possa se lançar candidato contra o presidente em 2022.

Ainda há outra questão importante para resolver com esse lado do Congresso. Bolsonaro quer o nome de André Mendonça o STF (Supremo Tribunal Federal) aprovado pelos senadores.

Ciro Nogueira precisará aparar essas arestas para o avanço da pauta econômica, já que depois da Câmara as matérias terão que ser avaliadas pelo Senado.

O novo ministro da Casa Civil pediu a Bolsonaro

autonomia nas articulações políticas . Bolsonaro diz que deu aval para que Ciro articule da forma que achar mais positiva.

Mas o casamento é cercado por desconfianças, já que o presidente acumula ex-aliados que também tinham carta-branca para trabalhar e acabaram frustrados e saíram do governo, como o ex-juiz Sérgio Moro, por exemplo.

Nos corredores de Brasília, uma das falas mais comuns nesses dias é de que Ciro é um ministro à prova de demissões. O presidente precisará do centrão se quiser governar para chegar competitivo à disputa eleitoral.

Em suma, são muitas cartas em jogo e a disputa começa para valer com retomada dos trabalhos no Congresso. E com Ciro Nogueira querendo mostrar sua força com a caneta do governo.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2021/08/02/governo-aposta-em-efeito-centrao-para-acelerar-reformas-na-volta-do-recesso.htm>

Defesa quer orçamento turbinado

ROSANA HESSEL

Assim como a polêmica aprovação do Fundão Eleitoral de R\$ 5,7 bilhões pelo Congresso Nacional na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, outro ponto para causar barulho no Orçamento do ano que vem, com potencial de desestabilizar ainda mais as contas do governo federal. Trata-se da atualização da Estratégia Nacional de Defesa (END) que, entre outros objetivos, inclui aumentar o orçamento anual do Ministério da Defesa para o patamar de 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A proposta precisa ser aprovada com o Plano Estratégico Setorial do Ministério da Defesa para o período de 2020 a 2031, enviado ao Legislativo em junho do ano passado.

A iniciativa desperta curiosidade de especialistas em contas públicas para saber como a área econômica do governo vai lidar com esse abacaxi. Procurado, o Ministério da Economia preferiu não comentar o assunto. Também foram encaminhados ao Congresso a Política Nacional da Defesa (PND) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

A exemplo das emendas do relator que tumultuaram a votação da peça orçamentária deste ano e estão sendo questionadas pela oposição junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) devido à falta de transparência no direcionamento dos gastos, a proposta dos militares deverá disputar recursos orçamentários que são escassos, já que o governo não cumpriu a promessa de campanha de melhorar a qualidade do gasto público.

As contas públicas estão no vermelho desde 2014, e para cumprir os 2% do **PIB** por ano de gastos com as Forças Armadas, será preciso arrumar espaço no Orçamento para pouco mais de R\$ 50 bilhões. Esses recursos precisarão ter uma fonte, seja por meio de aumento de **impostos**, seja por corte de alguma despesa não obrigatória. O espaço extra no teto de gastos em 2022 está encolhendo e, pelas estimativas do Tesouro Nacional, gira em torno de R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões.

O Executivo precisa enviar ao Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) do próximo ano até o fim de agosto e, até lá, o cabo de guerra entre as pastas para a disputa de recursos estará armado. Para analistas, a proposta da Defesa veio em má hora e precisa ser deixada de lado, porque as prioridades do governo, neste momento de pandemia, precisam ser a saúde, a educação e o combate ao desemprego, que

atinge quase 15 milhões de brasileiros.

As Forças Armadas ocupam mais de 6 mil cargos no Poder Executivo e foram bastante privilegiadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), de acordo com especialistas. Eles lembram que os militares foram a única categoria sem congelamento de salário no atual governo e ainda ficaram de fora da reforma da Previdência, em 2019.

"O nosso maior inimigo é a situação fiscal, que vem se agravando. Portanto, falta dinheiro para todos os setores. A situação é difícil, e não é só a Defesa que precisa de recursos. Essa pasta não pode ser uma ilha de prosperidade em um oceano de dificuldade. Faltam investimentos para ciência e tecnologia, saúde e educação, que são estratégicos para o desenvolvimento do país", destaca Gil Castello Branco. Gasto do país é o 15º do mundo secretário-geral da Associação Contas Abertas.

"Neste governo, os militares já estão sendo privilegiados e contemplados com atitudes que favorecem a categoria, como reajustes e, recentemente, o teto duplex", destaca Castello Branco. Ele se refere à portaria do Ministério da Economia, publicada recentemente, permitindo que aposentados e militares da reserva com cargos no Executivo recebam integralmente as duas remunerações, sem respeitar o limite do funcionalismo de R\$ 39,2 mil. A portaria aumentou em até 69% os salários de generais que integram o primeiro escalão.

O Ministério da Defesa garante que a ampliação de recursos "não pressupõe novos aumentos de gastos com pessoal" e, sim, em "investimentos estratégicos". "Cabe ressaltar que tal patamar tem o intuito de atender ao aprestamento do contingente militar, a manutenção das mais de 1.600 organizações militares (OM) em todo o território nacional, a manutenção/operação de meios e armamentos militares e o cumprimento de compromissos contratuais de projetos estratégicos firmados, além da modernização e obtenção de novos meios militares, a fim de permitir o cumprimento das missões constitucional e subsidiárias das Forças Armadas", informa o órgão, por meio de nota.

O Ministério da Defesa ainda diz que os investimentos em projetos estratégicos "são fatores relevantes para o desenvolvimento e o progresso do Estado brasileiro" e ser um instrumento "eficaz e efetivo" para contribuir com a economia doméstica, garantindo empregos e

renda em diversos setores da economia e fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação. "Ademais, esses investimentos são necessários para garantir a manutenção da soberania nacional", reforça.

de viúvas e filhas solteiras de militares - despesa que, segundo ele, representa cerca de 30% da folha, e tende a aumentar.

Gasto do país é o 15º do mundo

Conforme dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (Sipri, na sigla em inglês), os gastos do Brasil com defesa, entre 2020 e 2021, ficaram em 1,4% do **PIB**, mesmo percentual da Alemanha. Se o Congresso autorizar a vinculação dos 2% do **PIB** para as Forças Armadas, isso representaria R\$ 51,8 bilhões a mais para a Defesa, considerando um **PIB** nominal de R\$ 8,6 trilhões neste ano, conforme estimativas do Ministério da Economia. O montante é mais da metade da previsão de despesas discricionárias (não obrigatórias, que podem ser cortadas pelo Executivo), de R\$ 96,7 bilhões.

O levantamento do Sipri mostra que o gasto do Brasil com a Defesa somou US\$ 19,7 bilhões em 2020, o que coloca o país na 15ª posição no ranking das 40 economias com as maiores despesas militares no mundo. Esse montante é próximo ao orçamento militar de Israel, de US\$ 21 bilhões, que vive em clima de guerra constante com os palestinos. Em proporção ao **PIB**, o Brasil gasta mais do que o Japão, que despende na área 1% de toda a riqueza produzida pelo país.

Diego Lopes da Silva, pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes) e do Sipri, defende um debate mais amplo sobre o assunto. "Não está claro como os gastos militares serão feitos e nem qual foi o processo de discussão que levou a esse número. Se os gastos forem fixados a 2% sem que o Congresso precise aprovar a alocação, isso seria um retrocesso para a nossa democracia", alerta.

O acadêmico destaca que a meta a 2%, ao que tudo indica, busca emular os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). "O contexto geopolítico e econômico é muito distinto do brasileiro, o que faz a proposta inadequada à realidade do nosso país. A discussão sobre o aumento dos gastos militares para 2% do **PIB** já corre nos corredores de Brasília faz algum tempo, e essa inclusão só foi possível dada a importância política dos militares no governo Bolsonaro", acrescenta Silva.

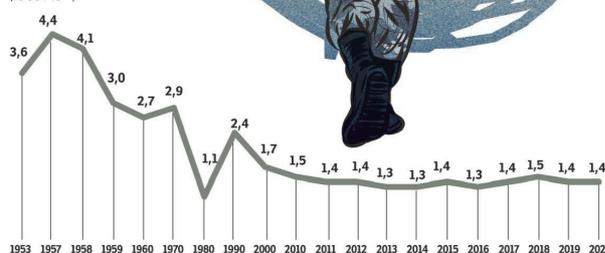
Na avaliação de Marcos José Barbieri Ferreira, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), estudioso do setor, os gastos brasileiros com defesa são mal distribuídos: investe-se pouco para um país com as dimensões do Brasil, e gasta-se muito com pessoal e com aposentadorias e pensões

Investimento no militarismo

Plano estratégico da Defesa que está no Congresso quer vincular no Orçamento 2% do PIB em gastos com as Forças Armadas, o que implicaria em mais R\$ 51,8 bilhões por ano*



Evolução dos gastos da defesa do governo brasileiro (% do PIB**)



*Considerando o PIB de R\$ 8,636 trilhões previsto pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.
 **Levantamento feito pelo Sipri

Ranking global

Conforme levantamento do Sipri, Brasil passou do 13º lugar para 15º na lista dos 40 países que mais gastam com Defesa entre 2019 e 2020

Ranking 2020	País	Valores em US\$ bi	% do PIB	% dos gastos globais
1	Estados Unidos	778,0	3,7	39,0
2	China	252,0	1,7	13,0
3	Índia	72,9	2,9	3,7
4	Rússia	61,7	4,3	3,1
5	Reino Unido	59,2	2,2	3,0
6	Arábia Saudita	57,5	8,4	2,9
7	Alemanha	52,8	1,4	2,7
8	França	52,7	2,1	2,7
9	Japão	49,1	1,0	2,5
10	Coreia do Sul	45,7	2,8	2,3
11	Itália	28,9	1,6	1,5
12	Austrália	27,5	2,1	1,4
13	Canadá	22,8	1,4	1,1
14	Israel	21,7	5,6	1,1
15	Brasil	19,7	1,4	1,0
16	Turquia	17,7	2,8	0,9
17	Espanha	17,4	1,4	0,9
18	Irã	15,8	2,2	0,8
26	Colômbia	9,2	3,4	0,5
33	México	6,1	0,6	0,3
38	Grécia	5,3	2,8	0,3
39	Dinamarca	5,0	1,4	0,3
40	Marrocos	4,8	4,3	0,2
Subtotal Top 40		1.827,0	..	92,0
Mundo		1.981,0	..	100,0

Bolo mal dividido

Levantamento da Contas Abertas mostra que as defesas com pessoal dominam orçamento da Defesa e, atualmente, está em 82,2% dos valores pagos



*Valores pagos

**até 18/7

Fontes: Stockholm International Peace Research Institute (Sipri) e Associação Contas Abertas

Exterior, câmbio e inflação afastam Brasil de juros baixos

Sensível ao cenário externo e ao câmbio e constantemente assombrado pelo fantasma da **inflação**, o Brasil tem dificuldade para sustentar uma taxa de juros em um patamar mais baixo por muito tempo.

Hoje, a taxa básica, a Selic, está em 4,25% ao ano. Até o começo de 2021, ela chegou a ficar na mínima histórica de 2%, e o mercado, de acordo o mais recente boletim Focus, espera que os juros fiquem em 7% ao ano.

Em março, o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou os juros pela primeira vez em quase seis anos, em 0,75 ponto percentual, para 2,75%, e repetiu a dose nas reuniões seguintes, acompanhando a alta da **inflação**

Ao longo de 2021, a alta da comida -que havia disparado na pandemia, afetando principalmente os mais pobres- desacelerou, mas o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) tem encontrado novos vilões nos combustíveis e na energia elétrica.

Em 12 meses até junho, o índice oficial avançou 8,35%.

Um movimento semelhante ocorreu a partir de outubro de 2014, quando a Selic entrou em um novo ciclo de alta, chegando a 14,25% em 2015, para responder a um forte aumento da **inflação** no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

"A volatilidade interna do Brasil é muito alta e por sermos bastante vulneráveis ao que ocorre no ambiente externo, isso acaba tornando difícil a manutenção dos juros em um patamar mais baixo", avalia José Julio Senna, do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas) e ex-diretor do Banco Central.

Ele, que comandava na década de 1980 a equipe que definia onde as taxas ficariam, ressalta que o BC poderia ter sido mais conservador durante o último ciclo de baixa dos juros, mas as incertezas provocadas pela pandemia de Covid-19 acabam prejudicando o planejamento da política monetária.

O economista Bráulio Borges, também do Ibre, avalia que a decisão do BC de voltar a subir juros este ano é

acertada. "Após a queda provocada pela pandemia, o **PIB** [Produto Interno Bruto] reagiu bem no primeiro trimestre, embora alguns setores, como de serviços, estejam mal. Mas alguma normalização da política monetária era necessária."

Borges considera, no entanto, que a busca pelo juro neutro (a taxa que estimula o crescimento, mas sem resultar em um aumento da **inflação**), que já foi de -5% durante a crise de 2015 e 2016 e hoje está em torno de 6,5%, é muito mais uma demanda do mercado.

"Toda a discussão no mundo vai na direção de que a política monetária não pode olhar só para a **inflação**. O BC passou a ter como objetivo estimular a atividade econômica e o pleno emprego como parte de seu mandato, mas ele ainda não age dessa forma e o foco continua sendo a **inflação**."

"É difícil dizer que a meta deveria ser o juro neutro. A ideia é ter uma economia equilibrada, mas isso se complica pelos choques que vêm tanto de fora e de dentro", avalia de Juliana Inhasz, do Insper.

Ela ressalta que o Brasil tem tido de conviver com **inflação**, flutuações do câmbio e baixo crescimento. "Para o crescimento, subir juros é um problema, já que isso desestimula investimentos. Mas a gente tem uma **inflação** que subiu muito e está apertando o bolso, principalmente na classe média baixa."

A economista avalia que a política do BC está acertada, ao tentar reduzir o impacto da alta de preços. "Se o governo tem de escolher um lado, ele tenta reduzir o desconforto para quem tem um custo de vida maior pela frente."

Já o professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Pedro Paulo Zahluth Bastos argumenta que, quando o aumento da **inflação** não é resultado de pressões de demanda, como ocorre agora, políticas alternativas de controle são mais eficientes para antever e limitar choques de preços do que subir juros.

Isso pode ser feito por meio de outras políticas, como **impostos** sobre commodities e manutenção de estoques reguladores de produtos.

Ele lembra de um estudo do americano Christopher

Adolph, que mostra como a origem dos presidentes dos bancos centrais tem impacto sobre a política de juros: elas são mais elevadas nos países onde o BC é comandado por alguém que veio do setor privado. Já os que vêm do setor público normalmente deixam as taxas de juros mais baixas.

"O sistema financeiro cresceu muito e para os seus agentes é importante ter uma **inflação** mais baixa e evitar perdas reais no rendimento de ativos. A definição da taxa de juros também é uma questão política", diz.

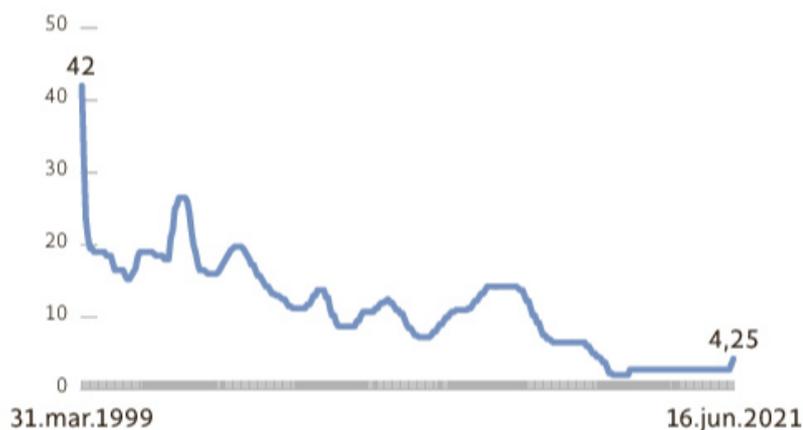
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

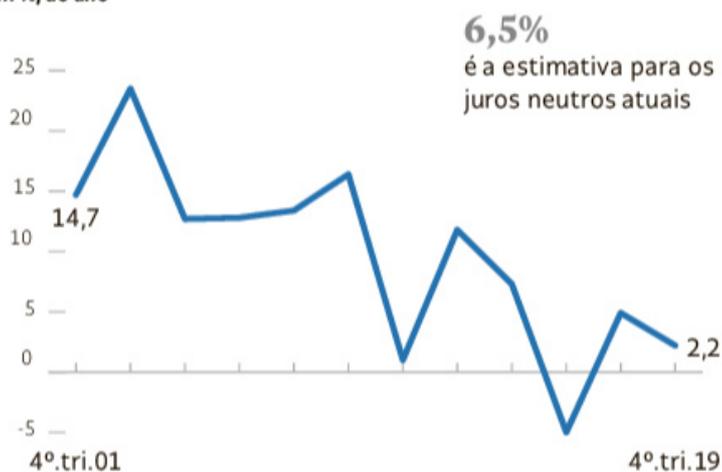
18

Juros em alta

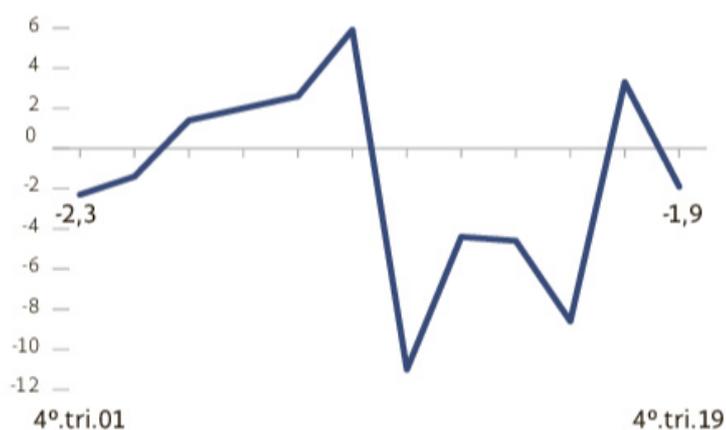
Meta Selic
 Em %



Evolução dos juros neutros*
 Em %, ao ano



Evolução do ciclo internacional**
 Em %, ao ano



*Nova pesquisa com dados até o fim de 2021 será refeita no fim do ano

**Dados internacionais combinam, entre outros, taxas de juros da OCDE, China e Argentina | Fontes: Banco Central, economistas Bráulio Borges e Samuel Pessôa, do Ibre/FGV e Bloomberg

Dólar fora do lugar (3)

Em meio às dificuldades da pandemia, a economia brasileira passa por ajustes em áreas fundamentais que podem abrir caminho de crescimento, apesar da inoperância da política do governo federal.

Nas contas externas, por exemplo, há boas notícias. O choque nos preços das matérias-primas continua a impulsionar as exportações e o saldo das transações comerciais.

Neste ano, até junho, as vendas ao exterior atingiram US\$ 137,7 bilhões, um salto de 36% ante o mesmo período de 2020. A retomada da atividade, mais intensa do que se esperava, também deu impulso às importações, que passaram de US\$ 88,3 bilhões para US\$ 117,9 bilhões na mesma comparação.

O saldo acumulado, de US\$ 19,8 bilhões, deve se expandir mais e terminar o ano acima de US\$ 60 bilhões, um recorde histórico.

No agregado das transações de bens e serviços, as remessas de lucros e o pagamento de juros da dívida externa ainda levaram a um déficit no primeiro semestre, de US\$ 7 bilhões (1,3% do Produto Interno Bruto), embora as projeções apontem para um pequeno resultado positivo neste ano.

O mais importante a notar é a redução considerável do desequilíbrio externo desde o início da pandemia. Em 2019, o déficit nessas operações chegou a US\$ 65 bilhões (3,5% do PIB), patamar arriscado em razão da volatilidade dos fluxos internacionais de capitais.

A combinação de termos de troca (a relação entre preços de exportações e importações) favoráveis com a taxa de câmbio desvalorizada coloca o país, em tese, numa boa condição de competitividade, o que deveria favorecer a atração de mais investimentos.

Os sinais parecem apontar nessa direção, mas de forma ainda incipiente. O ingresso líquido de investimento direto no semestre ficou em US\$ 12,3 bilhões. Esse saldo é bem menor que o do período correspondente de 2020, devido a remessas, mas a entrada total se manteve em patamar alto, de US\$ 25,7 bilhões.

Ademais, há melhora substancial na chegada de recursos em carteira (os que agregam aportes em títulos de renda fixa e na Bolsa de Valores), rubrica na qual o déficit de US\$ 2,6 bilhões do ano passado deu lugar a um superávit de US\$ 17,6 bilhões. São

evidências de que o pior momento de insegurança durante a pandemia passou.

Não há escassez de dólares, portanto. Qualquer perspectiva positiva que se pretenda duradoura, contudo, depende de maior confiança nos rumos da gestão econômica, exatamente o que falta hoje.

A desvalorização do real, a mais intensa registrada desde o Plano Real (se ajustada pela **inflação** e pelos termos de troca), deve-se a essa insegurança. E, pior, deságua em pressões inflacionárias que afetam principalmente os mais pobres.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49618>

Bolsonaro aposta em "pacote de bondades" para se cacifar à reeleição



GABRIELA BTELO / ESTADÃO - 30/7/2021

Aliado. O presidente Jair Bolsonaro conta com o Centrão para aprovar novas propostas

Adriana Fernandes

trincheira e última linha de defesa do presidente Jair Bolsonaro para tentar garantir sua reeleição em 2022. Com apoio do Centrão, o presidente vem montando um cardápio de medidas econômicas para evitar maior perda de popularidade, na esteira das revelações feitas pela CPI da covid-19, e chegar competitivo ao pleito do próximo ano.

Especialistas ouvidos pelo Estadão apontam que a incógnita é saber se o presidente e os políticos aliados do Centrão conseguirão arremeter a tempo o "avião da economia" para que os efeitos da retomada atual, até agora muito desiguais, cheguem até a maior parte da população.

No cardápio de "bondades", estão a elevação para R\$ 300 (ou mesmo um valor acima) do benefício médio do Bolsa Família (que hoje é de R\$ 190); o pacote de emprego com um bônus de R\$ 550 para a qualificação de jovens e informais; aumento da faixa de isenção e correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e desoneração forte do imposto pago pelas empresas; novas medidas de desoneração do diesel; reajuste dos salários dos servidores; e ainda um novo programa de refinanciamento de dívidas tributárias.

Todas essas medidas estarão combinadas com um Orçamento irrigado de emendas parlamentares para aliados, fundo eleitoral mais gordo, folga maior no teto de gastos (regra da Constituição que fixa um limite anual para os gastos) e medidas que vão colocar dinheiro extra no caixa no ano que vem, como leilões de concessões já programados.

Um ponto de inflexão será a divulgação do relatório da CPI da Covid, prorrogada por mais 90 dias e que pode dar combustível a um quadro mais turbulento. "É justamente o momento em que o governo estará negociando a votação do Orçamento e o Bolsa Família", chama a atenção Rafael Cortez, cientista político e sócio da Tendências Consultoria. Na sua avaliação, a economia deve, ao menos, ajudar a fazer o movimento de estancar a perda de popularidade - "que já é muito relevante". Para Cortez, olhando para o quadro eleitoral, o governo Bolsonaro ainda é muito competitivo e, em parte, isso tem como explicação a economia.

Os economistas apontam que o ganho do cenário econômico, por si só, ainda não é capaz de reverter o processo de aumento de rejeição e nem o reforço do Bolsa Família seria uma "bala de prata" capaz de levar o presidente ao segundo turno com chances de vitória. Estudos sobre impacto de programas de transferência de renda na eleição mostram que não é trivial limitar a faixa de quem ganha e de quem perde. Além disso, o auxílio emergencial inicial de R\$ 600 colocou o sarrafo lá em cima. Com a diminuição do valor para R\$ 250, em média, o benefício perdeu o poder de proteção da popularidade que tinha em 2020.

Se a chave do cofre e o comando da agenda do Congresso pelo Centrão favorecem a estratégia econômica pró-eleição, a aceleração da **inflação**, o desemprego e o risco de racionamento de **energia** em 2022 jogam contra ela. Não por acaso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, está tentando implementar um programa de emprego robusto, com recursos de fora do Orçamento, vindos do Sistema S, e vem abandonado os pilares da sua política liberal para atender os pedidos de Bolsonaro e do Centrão.

"Uma das variáveis mais importantes para a popularidade é o emprego, e esse ainda vai reagir.

Parece que ainda tem muita água para rolar embaixo da ponte, principalmente quando a economia reabrir mesmo e o emprego começar a andar", avalia Caio Megale, economista-chefe da XP. Segundo ele, o foco no programa de qualificação da mão de obra é fundamental para o governo.

Responsável pelas pesquisas de avaliação de

popularidade na XP, Victor Scalet diz que o modelo de aprovação presidencial usado pela companhia, que contém dados desde 1996, indica que a avaliação do presidente deveria subir para cerca de 40 a 45 pontos de aprovação no período eleitoral de 2022. Mas houve uma quebra da correlação que existia antes entre a melhora da pandemia e a avaliação do presidente. "A correlação, que vinha muito forte desde o começo da pandemia, quebrou porque a avaliação negativa dele continua subindo." A CPI da pandemia acabou "fazendo preço", no jargão do mercado.

Na corrida eleitoral, outro fator que pode jogar contra ou a favor é que as eleições estão sendo decididas, cada vez mais, perto do dia do pleito. "Vamos percorrer uma eternidade até iniciar a disputa eleitoral de 2022. Um tempo longo como esse dificulta qualquer tipo de previsão a priori", diz o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung. Segundo ele, na saída de uma crise da envergadura da pandemia, o quadro é muito mais complexo. "A dita polarização atual pode derreter o processo e melhorias econômicas, se não chegaram à população, não têm impacto na decisão eleitoral."

5 PERGUNTAS PARA

Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro do Ibre/FGV

1. Qual será o papel da economia nas eleições?

A economia é importante para a eleição. Mas o espaço de manobra para aumentar a satisfação das pessoas e reduzir o desconforto delas é pequeno. O governo vai tentar atuar nessa direção, mas a gente sabe que existem muitas restrições para fazer isso.

O primeiro aspecto é que uma recuperação econômica mais forte é muito inflacionária. Aí, o tiro sai pela culatra. Se tivesse um espaço para crescer sem acelerar a **inflação**, seria mais tranquilo para qualquer política.

2. Por que esse espaço é muito pequeno?

À medida que a economia abre depois da pandemia, como temos visto em outros países, há uma volta da **inflação** de serviços, o que é o natural mesmo. Se fosse só simplesmente uma aceleração de serviços, com acomodação de outros preços, poderíamos de alguma forma conviver com uma **inflação** um pouco mais alta temporariamente. Mas o problema todo é que, no Brasil, temos visto há algum tempo vários fatores que podem colocar a **inflação** acima de 7% neste ano. Temos a questão da **energia**, por exemplo, que pode ser um problema para o ano que vem na eleição.

3. Qual seria o maior risco no caso da energia?

Se não chover realmente no período que deveria chover, no final do ano, o risco de racionamento se intensifica ainda mais. Os reservatórios estão em níveis muito baixos.

Colocar tarifa lá em cima não é suficiente. O racionamento talvez não seja um risco neste momento, porque se está aumentando tarifas, mas, à medida que a economia volte, é natural que tenha alguma necessidade de aumento (de consumo).

Isso virou um gargalo.

Imagina se estivessemos crescendo 9%, que energia teríamos?

É um sinal que a economia tem restrições para uma aceleração muito forte do crescimento.

4. Quais outros fatores que podem complicar o cenário econômico para 2022? Estamos vendo uma volta da **inflação** de alimentos.

Estávamos colhendo uma desaceleração da **inflação** de alimentos e a crise hídrica está afetando muito o Centro-Sul, que é produtor de alimentos: arroz, feijão, leite... Do ponto de vista da **inflação**, tem mais pressão por todos os lados, como gás de cozinha, o petróleo continua subindo. É um momento muito inflacionário, e aquele alívio que esperávamos no segundo semestre não virá.

5. Mas a virada econômica vai ajudar o governo?

A **inflação** vai ser um grande gargalo e, se a gente quiser acelerar demais, vai virar mais **inflação**.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O QUE ESTÁ EM ESTUDO

Novo Bolsa Família

Benefício médio de R\$ 300 ou até com valor maior

Pacote para o emprego

Qualificação e contratação de jovens e informais, incluindo pagamento de bônus

Vale-gás

Botijão de gás a cada 60 dias bancado com recursos da Petrobras

Desoneração do IR

Aumento da faixa de isenção de

R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil e correção da tabela do IR. Cerca de 5,6 milhões de brasileiros devem ficar isentos. Redução da alíquota do IR de empresas

OBSTÁCULOS

- Alta de preços, com aceleração da inflação
 - Tarifa de energia mais alta
 - Risco de racionamento
 - Desemprego recorde
 - Juros em elevação
 - Risco de nova onda da covid-19, com cepa mais contagiosa
-

Variante delta reduz otimismo na zona do euro



Turistas em praia de Ibiza. Espanha espera que as receitas provenientes do turismo estrangeiro cheguem à metade do nível pré-pandemia neste verão

Martin Arnold

Quando o governo holandês reverteu sua decisão de permitir eventos em espaços públicos neste verão, a resposta do setor foi rápida e inflexível.

A promotora de festivais de música ID T imediatamente entrou com ação na Justiça para tentar reverter a proibição. Desde então, mais de 40% dos organizadores de eventos juntaram-se ao processo.

"Para nós foi um tapa na cara", afirma Rosannejanmaat, da ID T, após o cancelamento do festival Mysteryland, o principal organizado pela empresa, que havia vendido mais de 125 mil ingressos. Foi o sexto evento que a companhia se viu forçada a cancelar neste verão no hemisfério norte.

"A música eletrônica está intimamente ligada à cultura holandesa e, portanto, é algo pelo qual vale a pena lutar", diz, acrescentando que o setor de eventos do país como um todo - incluindo as feiras comerciais - gera receitas anuais de 7,2 bilhões e é responsável por 100 mil empregos. "Essa é uma briga pelo futuro do setor."

Os organizadores de eventos - incluindo os que estão por trás do Grande Prêmio de Fórmula 1, em setembro - estão desafiando a ordem do governo holandês de impor novamente restrições a restaurantes, bares, cafés, boates e eventos públicos. A iniciativa se dá após aumento de mais de dez vezes no número de casos de covid-19, para cerca de 7.000 por dia, contaminações que teriam ocorrido em sua maior parte em "festas com grandes números de participantes".

A reviravolta da Holanda na suspensão das medidas

de distanciamento social e a batalha jurídica decorrente demonstram o quanto as perspectivas de melhora econômica da Europa poderão ser frustradas pela disseminação da altamente contagiosa variante delta, que deve responder por 90% dos novos casos na Europa neste mês.

O surto recente é um dos fatores com que os economistas estão lidando enquanto tentam avaliar a força da recuperação esperada da zona do euro. Outros riscos incluem gargalos na cadeia de suprimento, que estão criando problemas nas linhas de produção de montadoras e outras empresas do setor industrial, além do perigo de governos da Europa virem a cortar a ajuda fiscal cedo demais e matar a recuperação, como fizeram na crise da dívida do bloco em 2012.

"O boom pós-pandemia diminuirá no ano que vem, assim que todos se derem conta de suas demandas reprimidas, mas aí os governos reduzirão seus gastos", diz Christian Odendahl, do Centro para Reforma Europeia (CER, na sigla em inglês), em Berlim. "Isso me lembra 2010 e 2011, quando a Alemanha e vizinhos entraram cedo demais no modo austeridade."

O continente já vem crescendo menos que os EUA, cujo nível de produção voltou aos patamares pré-pandemia quase um ano antes da Europa, graças aos programas de estímulo econômico multitrilionários do presidente Joe Biden, que podem ampliar a lacuna transatlântica, segundo economistas.

Apesar dessas preocupações, a maioria dos economistas continua otimistas com as perspectivas. No segundo trimestre, a zona do euro cresceu 2% e saiu da recessão.

Os dados do crescimento são interpretados como o sinal mais recente de que a Europa está firme no caminho da recuperação. Graças ao fim dos "lockdowns" decretados em abril e maio, a confiança das empresas e dos consumidores vem aumentando, enquanto as vendas no varejo retornaram aos níveis pré-pandemia e os mercados de ações de região atingiram patamares recorde de alta.

A expectativa é de que o **PIB** da zona do euro crescerá entre 4% e 5% neste ano e no próximo, o

maior ritmo desde que a moeda única foi criada há mais de duas décadas, após contração recorde de 6,6% no ano passado.

Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu (BCE), disse na semana retrasada que a economia dos 19 países do bloco "caminha para um forte crescimento no terceiro trimestre". Mas quando questionada sobre a propagação da delta, Lagarde disse: "Estamos nas mãos daqueles que tomarão as precauções necessárias para garantir que o contágio não produza os efeitos econômicos negativos que vimos no passado".

Muito otimismo. As infecções na Europa chegaram a 151 por 100 mil na semana até 18 de julho, ante 90 por 100 mil na semana anterior, segundo o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças. O órgão prevê que essa taxa chegará a 373 neste mês.

Em resposta, governos apertaram as restrições a viagens e chegadas de países com altas taxas de contágio, como Portugal, Espanha e Holanda, para não vacinados. Grandes eventos públicos foram cancelados. Boates e bares foram obrigados a fechar mais cedo nas ilhas turísticas de Ibiza e Mykonos.

Na semana passada, o Parlamento francês aprovou uma lei tornando a vacinação contra a covid-19 compulsória para os trabalhadores da saúde. França e Itália pretendem exigir que as pessoas apresentem um passaporte sanitário para frequentar espaços públicos como cinemas, restaurantes e academias de ginástica.

Apesar da retomada de algumas restrições, a maior parte dos economistas continua confiante de que a Europa evitará outra rodada de "lockdowns" desastrosos para a economia, parecidos com os que lançaram a região a duas recessões nos últimos 18 meses.

Esse otimismo vem de dados que mostram que a taxa de hospitalização na Europa não aumentou na mesma proporção que o número de casos, uma vez que as pessoas que estão contraindo o vírus se encontram na faixa dos 20 ou 30 anos, sendo menos propensas a ter os sintomas mais graves.

Os analistas também estão encorajados com a queda recente no número de contágios em muitos países atingidos pela variante delta, especialmente o Reino Unido, que derrubou quase todas as medidas de restrição em 19 de julho.

"Os números continuam sugerindo que as campanhas de vacinação enfraqueceram significativamente a ligação entre os contágios e as complicações médicas", diz Holger Schmieding, do banco de

investimentos Berenberg. "Nenhuma restrição em grande escala será imposta na Europa."

A campanha de vacinação na Europa acelerou depois que começou lento e hoje quase 70% dos adultos da União Europeia (UE) já receberam pelo menos uma dose, enquanto mais da metade já estão totalmente vacinados. Entre as pessoas mais vulneráveis, com mais de 80 anos, mais de 83% já foram totalmente vacinadas.

"Não acho que teremos novos "lockdowns", diz Maria Demertzis, vice-diretora do centro de estudos Bruegel, em Bruxelas. "A paciência das pessoas se esgotou. Poderá haver algumas medidas de contenção localizada ou pequenas restrições à vida noturna, mas só isso."

A pandemia provocou entre consumidores demanda reprimida por viagens, socialização e comer fora. As empresas estão desesperadas pela reabertura definitiva.

E, sem gastar dinheiro com atividades antes usuais, as famílias na zona do euro pouparam mais do que normalmente o fariam, de um patamar equivalente a 5% do PIB na Alemanha a 8,5% na Itália, segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, economistas ainda se esforçam para estimar quanto desse dinheiro será gasto e com qual rapidez.

Por enquanto, é mais provável que a rápida disseminação da variante delta afetará principalmente os setores de turismo, viagens e hotelaria, o que é uma notícia ruim para o sul da Europa, muito dependente desses setores. A Espanha prevê que as receitas proporcionadas pelos turistas alcançarão metade do nível pré-pandemia no terceiro trimestre, em comparação com um quinto em 2020. Isso representa um duro golpe para um setor em que 2019 gerou 12% do PIB espanhol e 13% dos empregos.

A recuperação deste ano no comércio global deverá estimular a economia da Europa, voltada para as exportações, com seu alto superávit em conta corrente. Mas, apesar desses ventos favoráveis, a produção industrial da zona do euro está abaixo das expectativas e em maio ainda se encontrava abaixo dos níveis pré-pandemia.

A indústria alemã - em especial montadoras - vem lutando para acompanhar o aumento da demanda mundial, frente à falta de matérias-primas como semicondutores, metais, plásticos e madeira, além de enfrentar gargalos no transporte marítimo de carga.

"Há dois riscos: a variante delta e os problemas de

abastecimento", diz Clemens Fuest, presidente do Rifo Institute, em Munique. Ele afirma que cerca da metade das empresas alemãs relatam problemas de fornecimento, no que é o maior nível nos últimos vinte anos em que o Ifo vem realizando pesquisa mensal sobre os negócios. "Nosso cenário base é que esses problemas de fornecimento serão resolvidos, mas não sabemos quando."

"A Europa aprendeu com seus erros". Uma das maiores preocupações depois de a pandemia fazer a economia da Europa entrar em parafuso no ano passado foi que uma onda de falências e perda de empregos atingisse o sistema bancário da região e desencadeasse uma repetição da crise da dívida que colocou a zona do euro de joelhos uma década atrás.

Isso não aconteceu. Os pedidos de falência na zona do euro caíram 20% em 2020 e seguem abaixo do nível pré-pandemia. O desemprego aumentou de um patamar de 7,1% para 8,5% no ano passado e, então, caiu para menos de 8%.

O impacto da crise foi amortecido pelo apoio do BCE, que manteve taxas de juros próximas de patamares recorde de baixa, e dos governos, que pagaram os salários de milhões de pessoas em esquemas de licença, garantiram empréstimos em centenas de bilhões de euros, suspenderam leis de insolvência e concederam moratórias sobre pagamentos de dívidas.

Em julho o BCE mudou sua estratégia para elevar o nível de **inflação** necessária antes de aumentar as taxas de juros, dando aos governos mais tempo para contrair empréstimos sob condições favoráveis para apoiar a recuperação.

"Precisamos ter cuidado para não retirar prematuramente o apoio às empresas e as concessões a falências", diz Olli Rehn, presidente do banco central da Finlândia e membro do conselho diretivo do BCE. "Assim que tivermos uma recuperação forte em andamento, deveremos aplicar a política contracíclica keynesiana e reduzir os estímulos fiscais."

O aumento dos gastos elevou o déficit fiscal da zona do euro para 7,2% do **PIB** em 2020 e quase 8% neste ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). Nos EUA o déficit chegou a quase 15% no ano passado e a 13% neste ano.

O poder de fogo adicional de apoiar a economia da Europa deverá começar a fluir assim que a distribuição do Fundo de Recuperação e Resiliência da UE, de 800 bilhões, tiver início depois do verão, proporcionando empréstimos baratos por cinco anos, em apoio a investimentos em áreas como energia limpa e

digitalização, em troca de reformas estruturais.

"A Europa aprendeu com seus erros", diz Katharina Utemiöhl, da seguradora Allianz. "A política fiscal europeia surpreendeu positivamente neste ano e, embora não estejamos falando dos mesmos estímulos gigantescos vistos nos EUA, agora olhamos para o mercado de trabalho como um copo que está meio cheio, e não meio vazio."

Alguns economistas, contudo, alertam que a Europa ainda poderá repetir o erro de 2012, se passar cedo demais para a consolidação fiscal. "O **PIB** do EUA já ultrapassou o nível que tinha antes da pandemia", diz Erik Nielsen, do banco UniCredit. "Até o fim do ano, eles superarão o nível de crescimento anterior e avançarão rapidamente para compensar o que foi perdido. Mas a Europa conseguirá voltar ao patamar anterior somente em 2024, na melhor das hipóteses."

Um fato decisivo será o que ocorrerá com as regras fiscais da UE que limitam o tamanho dos déficits fiscais e dos níveis de endividamento. Essas regras estão suspensas desde 2020 e deverão voltar em 2023. Isso forçará a maioria dos países a cortar seus déficits para menos de 3% do **PIB** e a começarem a reduzir a dívida para 60% do **PIB**. Mas as regras são vistas como inviáveis, dada a escala da tomada de empréstimos desde o início da pandemia, o que levou a dívida de muitos países a ultrapassar 100% do **PIB**, com a Itália perto de 160%.

A Comissão Europeia deverá propor reforma das regras ainda neste ano, o que quase deve resultar em um choque entre países do norte da Europa e Estados mais endividados do Mediterrâneo.

"Alemães e holandeses tentarão endurecer as regras o máximo que puderem, mas elas precisam ser afrouxadas", diz Vítor Constâncio, ex-vice-presidente do BCE. "Os países cruciais na pressão pela reforma são a França e a Itália, diante de seus endividamentos pós-covid."

O tom dessa discussão será estabelecido pelas eleições na Alemanha em setembro, que determinarão quem substituirá a premiê Angela Merkel e quais partidos formarão o próximo governo.

O próprio freio constitucional ao endividamento da Alemanha, que impõe limites à tomada de empréstimos pelo governo, também está suspenso desde 2020. A maior parte dos grandes partidos se comprometeu a restabelecer as regras sem mudanças, com exceção dos Verdes, que querem que o freio ao endividamento seja alterado para permitir que 500 bilhões sejam gastos na transição para a economia de baixa emissão de carbono na próxima

década.

Os Verdes estão em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, com cerca de 20%, e provavelmente farão parte do próximo governo de coalizão, alimentando esperanças de que as restrições de política fiscal serão afrouxadas em Berlim e em toda a UE.

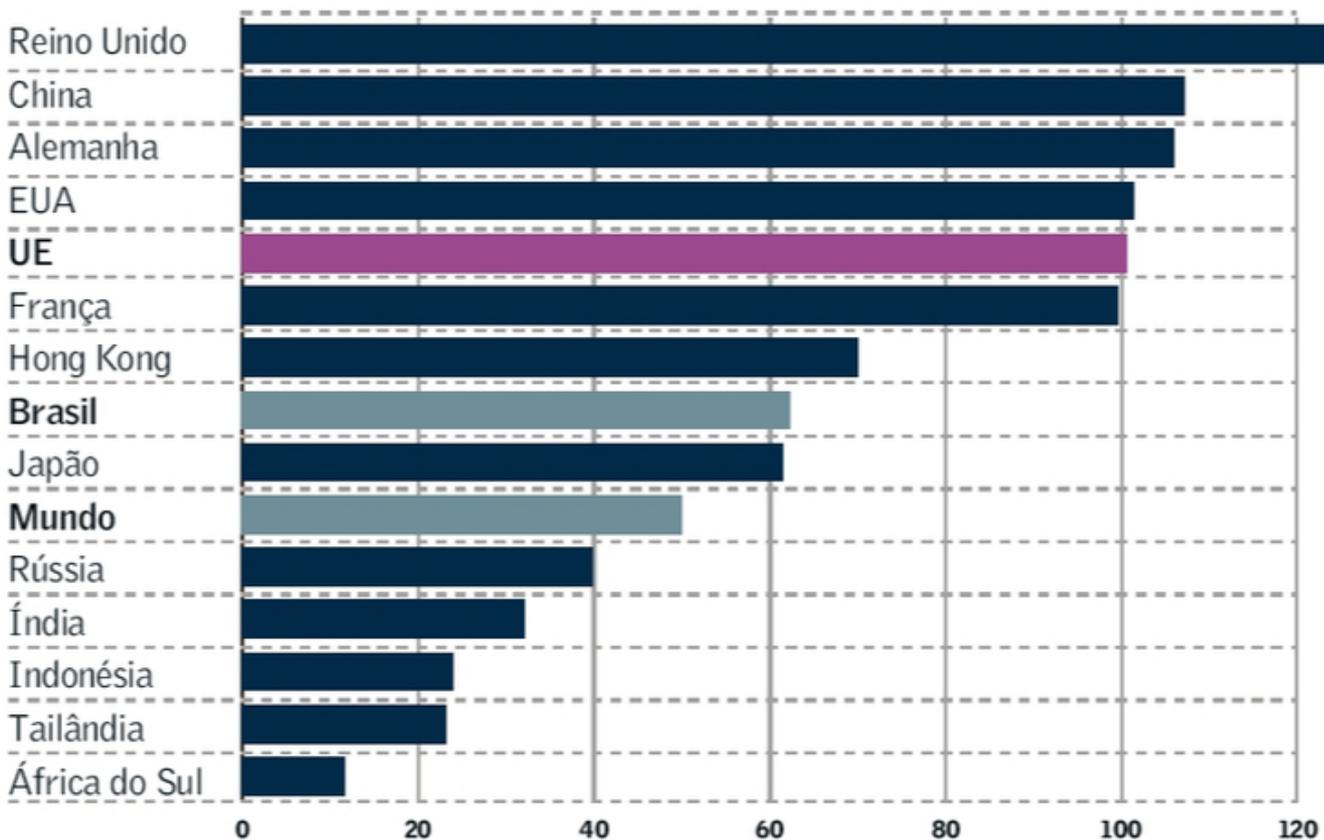
"O que a Alemanha decidiu 1º para suas regras fiscais, não poderá negar ao resto da Europa", diz Odenthal. "Os Verdes poderão desobstruir o teto da dívida para gastos relacionados ao clima, o que pode servir de modelo na região."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186968?page=1§ion=1

UE melhora ritmo da vacinação

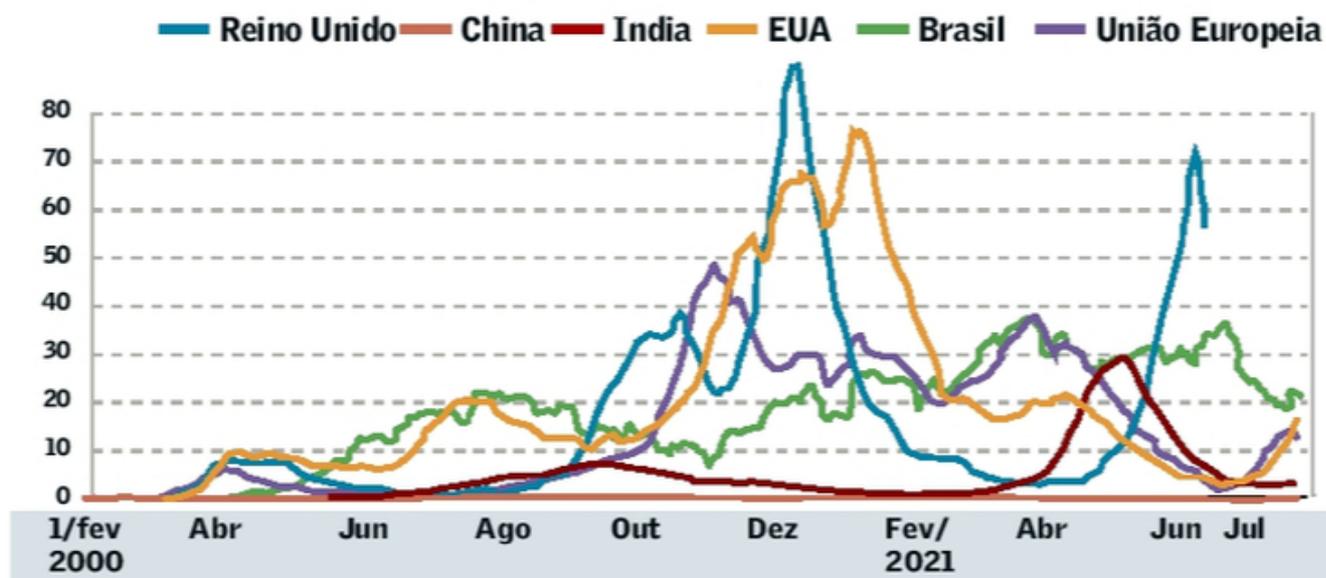
Doses administradas por 100 pessoas*



Fonte: Our World in Data. *25 de julho de 2021

Novos casos de covid-19

Média móvel de sete dias (por 100 mil)



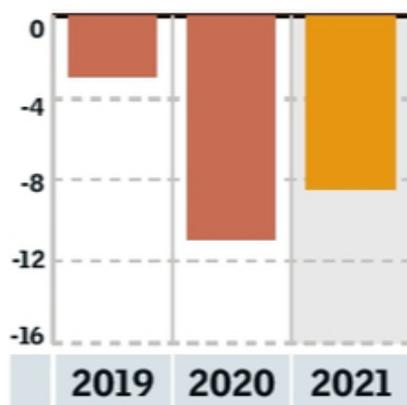
Fonte: Financial Times, Universidade Johns Hopkins, OMS, governo do Reino Unido

Países enfrentam restrição orçamentária

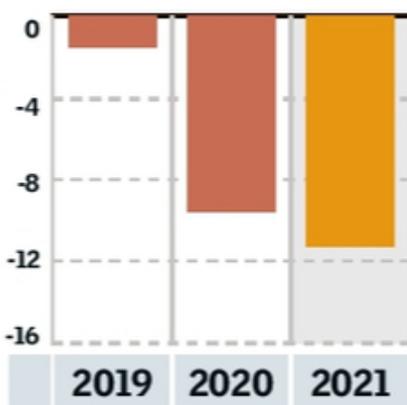
Situação fiscal - em % do PIB

Estimativa

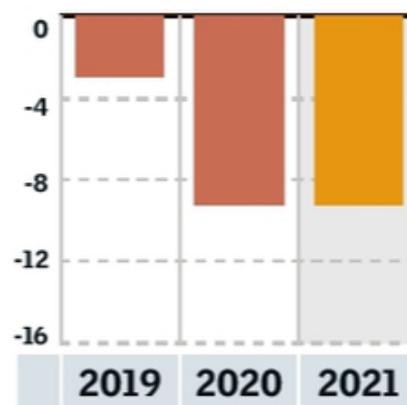
Espanha



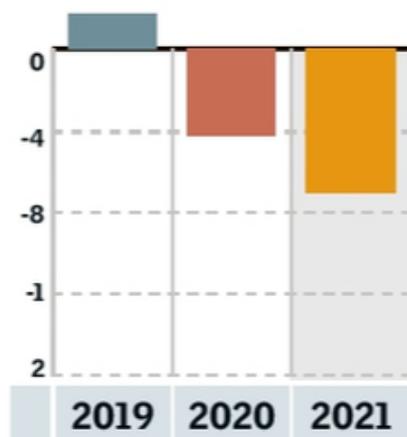
Itália



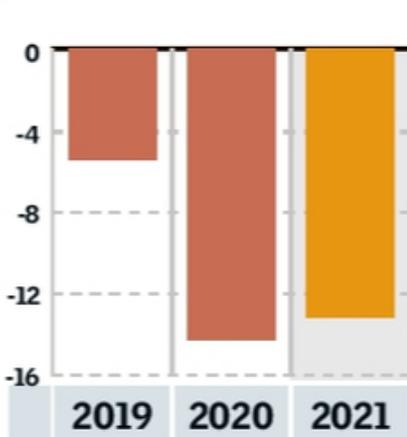
França



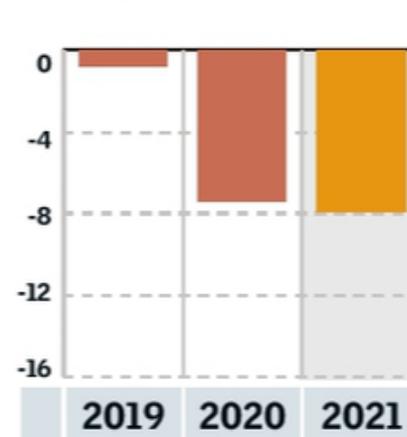
Alemanha



EUA



Zona do Euro



Fonte: FMI. *2021 = projeção

Contraste de recuperações

Variação do PIB (4º tri 19 = base 100)

Zona do euro



EUA



Fonte: BEA, Eurostat, UniCredit Research

Vale ainda é a 'joia da coroa', diz novo presidente da Previ



Stieler, da Previ: vendas de participações dependem de oportunidades

Juliana Schincariol Do Rio

O novo presidente da Previ, Daniel Stieler, tem a missão de comandar a migração dos ativos de renda variável para renda fixa e, ao mesmo tempo, buscar uma maior diversificação do portfólio. A Vale, maior ativo em bolsa do fundo de pensão do Banco do Brasil (BB), ainda é a "joia da coroa", disse o executivo, em entrevista ao Valor.

Uma potencial venda desta e de outras participações vai ocorrer conforme as oportunidades de mercado. Isso, inclusive, vem acontecendo desde 2018. À tarefa de Stieler somam-se a aderência crescente aos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) e a criação de uma cultura previdenciária maior dos participantes, diante da possibilidade de um salto da expectativa de vida.

Em cinco meses de 2021, a Vale teve ganhos de 37% na B3. A carteira de renda variável do Plano 1, maior e mais maduro da Previ, é de R\$ 104,1 bilhões e boa parte disso é representado pela mineradora. No mesmo período, o plano acumula superávit de quase R\$ 29 bilhões, impulsionado pelos ganhos de 21,4% dos ativos em bolsa no período. A volatilidade, no entanto, ainda é forte. Em março do ano passado, no auge da crise dos mercados causada pela covid-19, o resultado negativo chegou a quase R\$ 24 bilhões, com recuperação ainda em 2021.

Para Stieler, a empresa foi "a maior cartada da Previ no processo de privatização". Junto com outros fundos de pensão, a entidade figurou entre os controladores da empresa na Litel, veículo de investimento, até a mineradora se tornar uma "Corporation".

"Tudo o que a Vale passou com relação a crises, incluindo Mariana e Brumadinho, mostra sua resiliência. E de novo está aproveitando a expansão da China, a questão cambial ajuda. Também é um pagador de dividendos incrível. A Vale, para nós, é a joia da coroa neste momento", disse o executivo, que deixou a presidência do Economus, fundo de pensão dos funcionários da antiga Nossa Caixa (comprada pelo BB em 2008) para assumir a maior entidade do país.

A despeito do atual resultado positivo da mineradora, o que interessa de verdade, segundo ele, são as oportunidades que a Vale ofereceu ao longo do tempo. "A média é sempre o ponto mais interessante do que buscar os pontos fora da curva. A melhor oportunidade é aquela em que você desenha na sua estratégia, e é preciso ser fiel a ela." A estratégia que a Previ vem perseguindo é a chamada "imunização da carteira". Significa reduzir a volatilidade e buscar mais ativos de longo prazo, caso dos títulos do Tesouro atrelados à **inflação**, as NTN-Bs. O objetivo é dar maior segurança para o Plano 1, que concentra as maiores participações e é considerado maduro, com mais aposentados do que funcionários na ativa. "O quanto vamos utilizar, não só de Vale, mas de toda a carteira de renda variável, vai depender das oportunidades. A Vale, no nosso entendimento, está num preço excelente", afirmou.

A venda dos ativos é inevitável- quando e a quanto será feita é estratégico e o fundo de pensão não revela. O fato é que a Previ vem fazendo vendas de ações desde 2018, incluindo os papéis da Vale. "Desde 2018 já reduzimos em mais de R\$ 35 bilhões a nossa exposição. Estamos fazendo isso de forma cautelosa, mirando no longo prazo, como é o nosso perfil", disse Stieler. Este ano, a entidade comprou R\$ 20,71 bilhões em NTN-Bs. Enquanto a curva longa de juros estiver entre 4,3% e 4,5%, há espaço para novas compras, acredita.

Em outra frente está a estratégia de diversificação e

uma busca por maior dinamismo do portfólio. O objetivo, segundo Stieler, é fazer mais negociações, com valores menores, em busca de oportunidades de mercado. Entre os planos da fundação estão investimentos como alocações no exterior, fundos multimercado e ofertas públicas iniciais de ações (IPOs) que possam surgir nesse segundo semestre.

Segundo Stieler, a Previ tem cultura aderente ao ESG - chamado na entidade pela sigla AS-GI, que inclui, ainda, o critério integridade - e os novos investimentos precisam ter tal requisito. "Queremos empresas com sustentabilidade, não somos franco atiradores. A empresa tem que ser qualificada." A entidade aplicou R\$ 1 bilhão em IPOs na primeira metade do ano - Petz, Rede D'Or, Caixa Seguridade, Grupo Mateus e Quero-Quero. A intenção é aplicar outros R\$ 2 bilhões até o final do ano. Tudo vai depender das oportunidades de mercado, mas eventualmente há possibilidade, inclusive, de o montante ser maior do que os R\$ 3 bilhões inicialmente previstos para os IPOs.

Em outra frente, o trabalho da Previ no plano de contribuição variável (Previ Futuro) consiste em aumentar a cultura previdenciária. Nesta modalidade, o participante recebe, no momento da aposentadoria, de acordo com o montante acumulado ao longo da vida. "Não sabemos o que vai acontecer com a expectativa de vida. Pode ser que ela não suba mais um degrau pequeno. Isso, para um fundo de pensão, é um grande problema." Mesmo sendo funcionários do Banco do Brasil, a maioria dos participantes deste plano ainda tende a ser conservadora, em linha com o perfil do brasileiro, que viveu anos de juros altos. "As pessoas não gostam muito de ver o seu saldo comprimido em algum momento, isso dá a sensação de perda. Elas ainda olham o saldo no dia, semana ou mês."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186968

O IBGE e o ministro da pedra lascada - BRUNO CARAZZA

Na tarde do dia 29 de maio de 1936, Getúlio Vargas convocou ao seu gabinete o ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares. Um dos seus mais fiéis apoiadores, o advogado, industrial e político paulistano estava à frente do Itamaraty havia quase três anos, período em que desempenhou missões delicadas, como a mediação das negociações de paz entre Bolívia e Paraguai na Guerra do Chaco.

Nas semanas anteriores, Vargas havia mandado esvaziar algumas salas do segundo andar do Palácio do Catete para abrigar um novo órgão. Para comandá-lo, nomeou Macedo Soares como seu presidente, função que seria exercida cumulativamente ao cargo de chanceler. Na cerimônia de posse, diante de seu ministério, anunciou: "Tenho tal interesse pelo Instituto Nacional de Estatística que lhes dei a minha Casa e o meu Ministro".

Tamanho prestígio não se manteve. Em seus recém-completados 85 anos, o órgão oficial de estatísticas do país, rebatizado em 1938 como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), viveu muitos altos e baixos. Essa saga é contada em detalhes por Nelson Senra no monumental História das Estatísticas Brasileiras, um conjunto de quase quatro mil páginas, organizadas em quatro volumes, que descrevem como as estatísticas brasileiras foram desejadas (1822-1889), legalizadas (1889-1936), organizadas (1936-1972) e formalizadas de 1972 a 2002, último período coberto pela obra, publicada em 2006.

Dos levantamentos quase amadores à aplicação das mais modernas metodologias e técnicas adotadas internacionalmente, o caminho trilhado pelo IBGE foi repleto de desafios -e sobretudo de percalços. A ideia original de que o IBGE seria o órgão de cúpula que coordenaria toda a produção estatística do país, integrando e uniformizando dados e informações coletadas por todos as repartições federais, estaduais e municipais em seus registros administrativos, nunca chegou a ser plenamente implementada.

Pior do que isso, crises recorrentes abalavam a credibilidade do órgão. Depois do frenesi planejador do período de Vargas e JK, o IBGE viveu uma fase de ostracismo ao longo da década de 1960. A estagnação e o descontrole inflacionário dos anos 80 trouxeram inúmeras greves, desorganização administrativa e perda de servidores que colocaram em risco o censo

de 1990, só realizado a duras penas no ano seguinte.

A situação chegou a tal ponto que, recém-nomeado para chefiar o IBGE em 1994, uma das primeiras providências tomadas pelo sociólogo Simon Schwartzman foi pedir ajuda externa. Mediante um acordo de cooperação, a agência de estatísticas do Canadá, considerada a melhor do mundo na época, enviou uma comissão de técnicos para fazer um diagnóstico da situação.

As conclusões da missão da Statistics Canada foram condensadas num relatório de 83 páginas. O diagnóstico lançava luz sobre a carência de um corpo profissional multidisciplinar, bem treinado e motivado; falta de consciência sobre custos de pesquisas; problemas na comunicação interna e externa; dificuldades na identificação das demandas dos usuários do sistema de informações e necessidade de se garantir uma fonte de recursos perenes para as atividades.

Entre as recomendações da equipe canadense para reverter a crise estava a construção de uma rede de aliados externos -políticos, acadêmicos, empresários e outros stakeholders que tivessem consciência do valor de um instituto de estatísticas sólido e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico do país. Na visão dos técnicos canadenses, isso seria fundamental para mobilizar ativos políticos e orçamentários, principalmente nos momentos difíceis.

27 anos depois, o IBGE revive muitos dos fantasmas que o assombravam naquele tempo. O instituto apresenta dificuldades em manter profissionais de primeira linha, com servidores concursados sendo substituídos por trabalhadores temporários. Enquanto pesquisas são descontinuadas ou sofrem atrasos por restrições orçamentárias, disputas ideológicas entre dirigentes, funcionários e a comunidade de usuários inviabiliza a busca de soluções e consensos técnicos.

São problemas que se arrastam e se agravam desde pelo menos o último censo (no já distante 2010), perpassando várias administrações do órgão e pelo menos os mandatos de Dilma, **Temer** e Bolsonaro.

Em seus 85 anos, o IBGE já esteve submetido à Presidência da República, ao Ministério do Planejamento ou à pasta da Fazenda/Economia.

Durante todo esse tempo, houve presidentes da República e ministros (raros) que prestigiaram a entidade, reconhecendo o seu valor e demandando insumos para a tomada de decisões, enquanto outros (a maioria, infelizmente) simplesmente a relegaram ao segundo plano.

A situação sui generis enfrentada pelo IBGE hoje é que ele está hierarquicamente vinculado a um ministro que não apenas se recusa a apoiar a instituição, como não perde oportunidade de denegrir a sua imagem.

Como autoridade máxima à qual o IBGE se reporta, Paulo Guedes é o responsável em última instância pelas mazelas que ele próprio critica - como ficou evidente no novo adiamento do censo 2020, em que o ministro simplesmente lavou as mãos durante as negociações para viabilizar seu orçamento no Congresso Nacional.

No caso da polêmica da última semana, sobre as divergências sobre os números de emprego entre o Caged e a PNAD Contínua, muito se deve à falta de vontade política do ministro da Economia em contornar resistências judiciais para a atualização da base de dados telefônicos do IBGE em meio à pandemia.

Nestes tempos em que a riqueza mundial se desloca da manufatura e do petróleo para as inovações desenvolvidas a partir de imensas bases de dados, um ministro da Economia que despreza seu instituto de estatísticas é quem, na verdade, vive na idade da pedra lascada.

Bruno Carazza é mestre em economia doutor em direito e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro". Escreve às segundas-feiras

E-mail bruno.carazza@gmail.com

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186968?page=1§ion=1

Governo passará por tormentas até eleições no ano que vem

Daqui até a eleição, o governo atravessará um "corredor polonês". É assim que os principais aliados definem o quadro rumo a outubro de 2022, especialmente nesse cenário de o presidente Jair Bolsonaro reafirmando, constantemente, que o voto impresso é sinônimo de eleições livres e transparentes - e que, sem isso, não haverá eleição. As declarações aumentam a tensão às vésperas da retomada dos trabalhos do Parlamento e do Poder Judiciário, num semestre que é visto como o período mais complicado, porque é quando se prepara o jogo para o ano eleitoral. E justamente num cenário em que o governo atravessa um de seus piores momentos, com o desemprego elevado, **inflação** e tensão entre os Poderes, Legislativo e Judiciário querem frear Bolsonaro.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, promete fazer um discurso contundente contra as ameaças à democracia. No Parlamento, a CPI da Covid volta com o foco sobre a negociação de vacinas, que, somada à polêmica do voto impresso, promete dominar esta semana de posse do novo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. O senador pelo Piauí e presidente do PP chega ao Planalto com a tensão escalando uma oitava acima por causa das declarações, ontem, de Bolsonaro, e justamente num tema que ele não elenca como prioridade e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já definiu como perda de tempo.

Se as dificuldades do governo se resumissem à PEC do voto impresso e à CPI, avaliam ministros, não seria difícil resolver. Porém, há tensões com o Judiciário e o próprio Executivo. No primeiro caso, o presidente ainda não se livrou das acusações de interferência na Polícia Federal e terá que prestar depoimento. Para completar, as pastas se engalfinham por recursos orçamentários e pressionam o ministro da Economia, Paulo Guedes, a abrir o cofre para que o Bolsonaro e eles próprios possam mostrar serviço ao eleitor.

Prioridades

As questões econômicas são classificadas internamente como as mais urgentes. Não por acaso, Ciro tem feito um périplo pelos ministérios para saber as prioridades de cada um. O movimento, além de dar um panorama do governo, ajudará a fazer as escolhas no final deste mês, quando chegar a hora de enviar o

Orçamento do ano eleitoral ao Congresso. O maior desafio será acertar a verba destinada ao Auxílio Brasil - nome em estudo para substituir o Bolsa Família. O problema é que essa proposta não se restringe ao pagamento do benefício puro e simples, e há toda uma estrutura para as chamadas "portas de saída" para que as pessoas possam se sustentar. Isso também resultará na necessidade de investimento público que ainda não está assegurado para o ano que vem. As pressões por verbas prometem ser a prioridade do Executivo este mês e, em setembro, vão se transferir para o Parlamento.

A posse de Ciro está marcada para amanhã, quando faltarão dois dias para que a comissão especial da PEC do voto impresso analise o parecer do relator, Felipe Barros (PSL-PR). O novo ministro não pretende interferir nessa seara. E, se fizer declarações, a ideia é que não passem de afirmações protocolares. O trabalho de Ciro será focado em buscar "estabilidade" política para que o governo atravesse esse período.

"Ciro certamente ajudará a melhorar a relação. É habilidoso, mas resta saber se terá respaldo do governo para isso", diz o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), relator de um projeto que dá autorização para que o governo possa emitir títulos a fim de pagar despesas com pessoal e benefícios previdenciários - mais um sinal de dificuldades para fechar as contas do ano.

A prioridade do ministro será tentar estabilizar a relação do governo no Senado, onde a CPI, por causa do cochilo do governo na formação do colegiado, se transformou no maior foco de desgaste. E agora, com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), no aquecimento para concorrer à Presidência da República, há a avaliação de que é preciso segurar aliados e preparar, desde já, o terreno para quando o relatório de Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI, for apresentado.

Sem afobação

Além disso, tem que cuidar para que o governo não se exponha a derrotas importantes na Casa - por exemplo, a indicação do advogado-geral da União, André Mendonça, para ministro do STF, e a recondução de Augusto Aras à Procuradoria-Geral da República. Até aqui, a maior resistência a Mendonça

vem do ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que se julga abandonado pelo governo e está disposto a impor uma derrota ao Planalto.

Mas **Ciro** não poderá se descuidar da Câmara, embora possa contar mais com Lira do que com os senadores. É que, ali, estará em discussão a **reforma tributária** e a política. Em relação à tributária, há promessa de volta da tensão entre os dois Poderes: o presidente da Casa quer votar os projetos da reforma do Imposto de Renda e Pacheco prometeu fazer caminhar a proposta de uma **reforma tributária** mais ampla, que tramita no Senado. Diante de duas propostas tramitando ao mesmo tempo, em casas diferentes, as perspectivas de acordo tendem a voltar à estaca zero.

Quanto à **reforma política**, a situação não é muito diferente. Uma parte dos deputados defende o Distritão, sistema que dá acesso à Câmara apenas aos mais votados e enfraquece os partidos. Os senadores não são muito simpáticos a esse texto e a briga promete ser grande, tumultuando o clima para votações de interesse do Poder Executivo. Mais um tema que **Ciro** não pode descuidar.

Pedreiras em sequência

» Poder Judiciário - A tensão continuará alta por causa das declarações de **Jair Bolsonaro** de que, sem voto impresso não haverá eleições. Hoje, inclusive, o presidente do Supremo Tribunal Federal, **Luiz Fux**, prometeu uma dura resposta ao presidente da República, em relação às ameaças ao pleito. De quebra, ainda há o inquérito das Fake News, que envolve a família **Bolsonaro**, e o de interferência na Polícia Federal, no qual o presidente será

chamado a depor.

» CPI da Covid - As declarações do presidente da Comissão, senador **Omar Aziz** (PSD-AM), na entrevista ao Correio publicada na edição de ontem, de que **Bolsonaro** "ajudou a acobertar corrupção com vacinas", também aumentam a animosidade a níveis superiores àqueles anteriores ao do recesso. A comissão de inquérito é uma das grandes preocupações de **Ciro Nogueira**.

» Pagamento de Precatórios - Serão mais R\$ 89 bilhões que o governo terá que tirar da cartola para pagar suas contas. O meteoro caberá ao ministro **Paulo Guedes** contornar. E só conseguirá se houver um clima de diálogo entre o Palácio do Planalto e o Judiciário

» Orçamento de 2022 - A briga por verbas está intensa na Esplanada e os ministros não querem perder recursos de obras prioritárias para emendas de relator.

» Aprovação do novo ministro do STF - O advogado-geral da União, **André Mendonça**, percorre os gabinetes do Senado em busca de apoio e tem levado alguns chás de cadeira. **Ciro** será fundamental nesse trabalho de cabalar votos.

» Recondução de **Augusto Aras** - O procurador-geral da República é outro que precisa passar pelo Senado - e está com as mesmas dificuldades de **Mendonça**.

» **Reforma tributária** - A promessa de colocar o texto de uma reforma mais ampla para análise dos senadores promete promover mais uma disputa entre as duas Casas, uma vez que a proposta mais restrita tramita na Câmara - que não quer perder tal protagonismo.

» Reforma administrativa - Essa é considerada praticamente inviável neste semestre, pois deputados e senadores não querem briga com os segmentos do funcionalismo.

» Voto impresso - A aposta dos partidos é a de que a proposta será sepultada, quinta-feira, na comissão especial.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4941196-governo-passara-por-tormentas-ate-eleicoes-no-ano-que-vem.html>